

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA**

FRANKLIN FERNANDES PINTO

**A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA NA MARGEM NORTE DO RIO JAGUARÃO: AS
UNIDADES PRODUTIVAS RURAIS COMO ESTRATÉGIA DA COROA
PORTUGUESA PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS LIMITES (1790-1850).**

Jaguarão

2015

FRANKLIN FERNANDES PINTO

**A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA NA MARGEM NORTE DO RIO JAGUARÃO: AS
UNIDADES PRODUTIVAS RURAIS COMO ESTRATÉGIA DA COROA
PORTUGUESA PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS LIMITES (1790-1850).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de História – Licenciatura da
Universidade Federal do Pampa - Campus
Jaguarão, como requisito parcial para obtenção
do Título de Licenciado em História

Orientadora: Profa. Dra. Susana Cesco

**Jaguarão
2015**

FRANKLIN FERNANDES PINTO

**A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA NA MARGEM NORTE DO RIO JAGUARÃO: AS
UNIDADES PRODUTIVAS RURAIS COMO ESTRATÉGIA DA COROA
PORTUGUESA PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS LIMITES (1790-1850).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de História – Licenciatura da
Universidade Federal do Pampa - Campus
Jaguarão, como requisito parcial para obtenção
do Título de Licenciado em História

Orientadora: Profa. Dra. Susana Cesco

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 22/01/2015

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Susana Cesco
Orientadora
História-Licenciatura/UNIPAMPA

Profa. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam
História-Licenciatura/UNIPAMPA

Profa. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira
História-Licenciatura/UNIPAMPA

Dedico este trabalho à minha amada família, pelo apoio em todos os momentos desta jornada. Em especial aos meus pais, maiores incentivadores e fontes inesgotáveis de amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família, sinônimo de amor, carinho e compreensão. A meus pais meus maiores ídolos, incentivadores e que buscaram me apoiar em todas as situações que este período me proporcionou, sejam elas de medo, dúvida e/ou insegurança, sempre concedendo palavras de estímulo para seguir em frente. Aos meus irmãos (e cunhadas!), que seja qual fossem as adversidades enfrentadas me apoiaram de todas as maneiras possíveis, sendo eles também contribuintes para que isso ocorresse. A estas pessoas singulares em minha vida, o meu agradecimento eterno.

Aos professores que me acompanharam em toda a minha trajetória, quer sejam eles do curso de História-Licenciatura e das escolas públicas por onde passei. Agradeço, pois este trabalho só foi possível graças aos esforços em transmitirem todo conhecimento possível, proporcionando questionamentos e reflexões, além da confiança que depositaram em mim.

Aos amigos que conquistei durante este percurso e que me acompanham desde então, e aqueles que se fazem presentes há mais tempo e que viram minha ausência em inúmeros encontros devido aos motivos acadêmicos. Agradeço a estas pessoas por me mostrarem o valor de uma amizade e o quanto ela representa em nossa vida, proporcionando momentos que extrapolam a academia e que nos faz perceber o quanto é bom tê-los por perto.

A minha orientadora Susana Cesco pela dedicação e pelos conselhos que foram concedidos no decorrer deste processo. Agradeço acima de tudo pelo conhecimento que foi compartilhado e o exemplo de profissionalismo que sempre proporcionou no decorrer dessa pesquisa.

E, por fim, a Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão, pelo acolhimento nestes quatro anos de trabalho. Mas, acima de tudo, a esta universidade pública, que nos proporciona ferramentas para construir uma nova sociedade, mais justa e igualitária.

A sombra, quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente, que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés do príncipe, senão também dos de seus ministros. Mas quando chegam àquelas Índias, onde nasce o sol, ou a estas, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras, que excedem muito a medida dos mesmos reis de que são imagens.

Pe. Antônio Vieira

RESUMO

Este é um estudo de caso de três unidades produtivas rurais localizadas na margem norte do rio Jaguarão, no período de 1790-1850, pautado principalmente na análise dos inventários *post mortem*. Da época em que estão sendo investigados estes estabelecimentos rurais, devemos levar em consideração que este espaço compreendia os atuais municípios de Jaguarão, Arroio Grande e Herval. O trabalho surgiu com o intuito de contribuir para o florescimento de estudos sobre História Rural nesta região, uma vez que os mesmos são poucos, direção oposta da atenção que tem recebido este eixo do conhecimento histórico. Para isso, foi levado em consideração o contexto em que se formou à fronteira no Continente do Rio Grande de São Pedro, procurando não dissociá-lo da região platina, em virtude de que esses espaços se interligavam em todas as disputas realizadas pelas Coroas Ibéricas. Também foi analisado o modo como ocorreu à apropriação de terras e rebanhos neste mesmo Continente, assim como os diferentes tipos de apropriação de terras para este efeito. Junto a isso, associavam-se inúmeros mecanismos jurídicos e administrativos que favoreciam uma parte dos colonos para que angariassem mais privilégios nesta sociedade. Todo este cenário também foi explorado na região pesquisada através de correspondências militares e requerimentos de sesmarias. Por fim, foram exploradas as três unidades produtivas rurais, buscando analisar como se compunha o patrimônio produtivo de cada estabelecimento e como se organizavam estes locais que contribuíram para a fixação dos limites portugueses.

Palavras-chave: unidades produtivas rurais; formação da fronteira; apropriação de terras.

RESUMEN

Este es un estudio de caso de tres unidades de producción rurales ubicadas en la margen norte del río Yaguarón en el período 1790-1850, basado principalmente en el análisis de los inventarios post mortem. En el momento siendo investigado estas granjas, hay que tener en cuenta que este espacio incluía los actuales municipios de Yaguarón, Arroyo Grande y Herval. El trabajo apareció con el fin de contribuir al florecimiento de los estudios sobre la historia rural en esta región, ya que son escasos, la dirección opuesta de la atención que ha recibido este eje del conocimiento histórico. Para que se tuvo en cuenta el contexto en que se formó la frontera en la parte continental de Río Grande de São Pedro, tratando de no separarla de la región de platino, debido a estos espacios fueron conectados en todas las disputas llevadas a cabo por las coronas ibéricas. También se analizó cómo fue la apropiación de tierras y rebaños en el mismo continente, así como los diferentes tipos de apropiación de la tierra para este propósito. Junto a esto, asociado a numerosos mecanismos jurídicos y administrativos que favorecieron algunos de los colonos a angariassem más privilegios en esta sociedad. Este escenario también fue explorado en la región estudiada por los requisitos de la correspondencia militar y los requerimientos de sesmarias. Finalmente, hemos explorado las tres unidades de producción rural que tratan de analizar cómo componer los activos productivos de cada instalación y la forma en que organizamos estos sitios que contribuyeron al establecimiento de los límites portugueses.

Palabras clave: unidades de producción rural; la formación de las fronteras; apropiación de tierras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão municipal do Rio Grande do Sul em 1850	15
Figura 2: Divisão municipal do Rio Grande do Sul em 2013	16
Figura 3: Linhas Demarcatórias dos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)	26
Figura 4: Suposta localização da unidade produtiva rural de Vasco Pinto Bandeira	52
Figura 5: Suposta localização da unidade produtiva rural de José Pereira da Fonseca.....	53
Figura 6: Suposta localização da unidade produtiva rural de Joaquim Manuel da Porciúncula	53
Figura 7: Participação dos bens no patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Espécies de animais integrantes do rebanho total	57
Tabela 2: Ferramentas e indicativos de agricultura nas unidades produtivas rurais	60
Tabela 3: A presença dos escravos nas unidades produtivas rurais	63

LISTA DE ABREVIATURAS

AHRS- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. OS CONFLITOS COLONIAIS E A FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DE FRONTEIRA	19
1.1 O interesse das Coroas Ibéricas por uma “terra de ninguém”	19
1.2 O Tratado de Santo Ildefonso e a incorporação de novas terras	28
2. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO LUSO NO CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E SEUS MECANISMOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS	34
2.1 A apropriação de terras de rebanhos.....	34
2.2 As formas de apropriação de terras e os mecanismos jurídicos e administrativos da Colônia portuguesa.....	40
2.3 Alguns apontamentos sobre a apropriação de terras na margem norte do rio Jaguarão.....	46
3. AS UNIDADES PRODUTIVAS RURAIS NA MARGEM NORTE DO RIO JAGUARÃO: UM ESTUDO DE CASO	51
3.1 O funcionamento das unidades produtivas rurais: a pecuária, agricultura e mão de obra .	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

O atual território que compreende o Rio Grande do Sul, durante o período colonial, fora palco de sucessivas disputas em torno das possessões de suas terras, as quais eram objeto de desejo das Coroas Ibéricas¹. Com isso, os limites que conhecemos hoje entre Brasil e Uruguai, os quais foram fixados somente em meados do século XIX, não podem ser entendidos enquanto uma realidade atemporal, e sim ao contrário, pois esta construção pautou-se em um longo espaço de tempo.

Neste sentido, mesmo que de formas distintas, ambas as Coroas Ibéricas buscaram estabelecer colonização para conter infiltrações de seus inimigos. Para as metrópoles, a ocupação deste espaço se tornava importante para seus interesses mercantis, além de possibilitar a exploração de uma recente riqueza pecuária, a saber: o gado². Em virtude disso, os portugueses com o intuito de povoar esse solo, viram por meio do oferecimento de terras, um estímulo para o desenvolvimento dessas atividades econômicas voltadas para o mercado europeu.

Através da apropriação de terras e rebanhos é instaurado um novo estabelecimento que será denominado de estância, a qual se constitui enquanto “uma estrutura social e econômica baseada na criação do gado”³. Contudo, devemos ressaltar que no período em que nos dedicaremos a estudar já é bastante difundida a ideia de que as estâncias, por serem locais exclusivos para a criação de gado não se enquadram no contexto em análise, devido essas unidades introduzirem também a prática da agricultura. Com isso, denominaremos de *unidades produtivas rurais* ou *estabelecimentos rurais*⁴.

Todavia, estas unidades produtivas rurais terão grande destaque no desenvolvimento do processo de ocupação portuguesa. Entretanto, buscaremos relativizar essa importância,

¹É necessário salientar que este espaço, cujo não pode ser dissociado da região platina, era também ocupado por populações indígenas consideradas um entrave ao pleno funcionamento e expansão da sociedade colonial. Sobre este assunto, ver: GARCIA, Elisa Fröhaufer. Identidades e políticas coloniais: guaranis, índios infieis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c. 1750-1800. *Anos 90*. Revista do Programa de pós-Graduação em História/UFRGS, IFCH. v.18, n.34. (Dossiê História Indígena na América) Porto Alegre: PPGH, dez. 2011, pp. 55-76.

²OSORIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Dissertação de mestrado, 1990.

³SANTI, Juliana Rossato. *Estabelecimento de Estância: Estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul*. Universidade Federal de Santa Maria: Dissertação de Mestrado, 2004. p. 04.

⁴OSORIO, Helen. *O Império Português no Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS: 2007.

pois as mesmas acabaram tornando-se por parte de certa historiografia, o mais expoente símbolo da economia destas bandas no período em análise, estando até hoje intimamente vinculadas à identidade gaúcha, tendo este um estilo de vida próprio derivado das estâncias⁵. Por isso, ressaltamos a atenção que deve ser dada para a apropriação de terras que a Coroa Portuguesa estava realizando neste espaço, pois será um importante fator na consolidação dos limites.

Em virtude disso, cabe ressaltar a importância que teve o território às margens norte do rio Jaguarão neste imbróglie conflitante de interesses e anseios entre as duas Coroas, pois em determinados momentos desses embates, “as tropas [...] intensificaram as suas posições na fronteira de Jaguarão, que se anunciava como ponto crítico do conflito”⁶. Com isso, destacamos a atenção que a partir deste momento recebia este território, quando no período de 1790 a 1792, ao sul do rio Piratini, já haviam sido realizadas por parte dos portugueses 19 concessões de sesmarias junto à costa do rio Jaguarão, Lagoa Mirim e seus afluentes⁷.

Logo, por entendermos que neste espaço, diferentemente de outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul, os estudos sobre História Rural ainda são escassos, nos propomos buscar a compreender: Qual foi de fato, a dimensão e a importância das unidades produtivas rurais para a consolidação dos limites portugueses neste território que estava em constante conflito com os espanhóis? Quais atividades eram desenvolvidas nestes estabelecimentos rurais que favoreciam a fixação portuguesa neste espaço? Será que há uma supervalorização dessas estâncias/unidades produtivas rurais, sendo estas, um fetiche na sociedade gaúcha ou realmente elas foram os elementos materiais centrais na construção do novo território?

Este estudo surgiu devido ao fato que pouco espaço é dirigido para este local em análise quando o assunto é o meio rural⁸. Apesar do ramo de pesquisas que focam a história do mundo rural estar recebendo maior atenção nos trabalhos atuais, ao analisarmos a bibliografia que se teve acesso, nota-se uma grande gama de estudos que concentram sua atenção na fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul⁹. Com isso, este trabalho propõe-se a contribuir e fomentar reflexões para o desenvolvimento de um campo de estudos sobre

⁵XAVIER, Paulo. A Estância. In: *Rio Grande do Sul Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 75-87.

⁶GOLIN, Tau. *A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. 2002. p. 220.

⁷FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1883)*. Porto Alegre, Instituto Estadual do livro, Universidade de Caxias do Sul: 1980.

⁸Junto ao desenvolvimento deste trabalho, tive notícias de que este espaço estaria começando a ser investigado no programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por Gustavo Gularte. As contribuições iniciais deste trabalho serão utilizadas no capítulo 3.

⁹Como exemplo, podemos citar: FARINATTI, 2007; GARCIA, 2005.

História Rural no território que compreende a margem norte do Rio Jaguarão no período colonial.

Entretanto, queremos deixar claro que o espaço em que este estudo irá focar será denominado aqui de margem norte do rio Jaguarão. Ao nos direcionarmos a este território, estaremos nos expressando ao atual município de Jaguarão, localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, fronteira com Rio Branco/Uruguai. Este, por sua vez, compreendia em sua dimensão os atuais municípios de Arroio Grande e Herval, hoje emancipados, conforme podemos ver nas figuras 1 e 2.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul
FIGURA 1 – Divisão municipal do Rio Grande do Sul em 1850



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul
FIGURA 2 – Divisão municipal do Rio Grande do Sul em 2013

Ademais, este estudo se debruçará em três unidades produtivas rurais, sendo realizado um estudo de caso que abrange o período de 1790 a 1850. O recorte temporal faz-se neste período, devido ser de 1790 o ano em que ocorrem as primeiras concessões de sesmarias nesta região em estudo, e serem deste período os primeiros documentos acessados que nos auxiliaram na realização deste trabalho. Por sua vez, este exercício irá findar em 1850, por remeter a esta época a primeira legislação efetiva sob a terra que ordenará juridicamente a posse da mesma e, além disso, acabará tornando-a uma mercadoria de grande valor.

Em relação à metodologia, iremos utilizar o estudo de caso como ferramenta para compreensão das unidades produtivas rurais que iremos nos propor a estudar. Isto ocorre devido ao fato de que por ser uma monografia de conclusão de curso, o tempo em que é

disponível para a realização deste trabalho tornaria inviável a realização de um estudo em que buscássemos abranger um número maior de unidades produtivas rurais, devido também as dificuldades que foram impostas para com os trabalho das fontes disponíveis no desenvolvimento deste exercício.

Apesar do estudo de caso ser muito criticado devido à impossibilidade de criarem-se generalizações, o mesmo nos proporciona aprofundar o conhecimento de uma determinada situação¹⁰. Através da particularização que é feita com este método, iremos compreender como eram organizadas as estruturas produtivas destes estabelecimentos rurais que iremos estudar mais adiante.

Para a realização do estudo de caso dessas três unidades produtivas rurais, os inventários *post mortem* foram utilizados como fontes principais¹¹. Estes documentos nos oferecem diversos indícios, que através de profunda análise e reflexão, nos proporcionam indicadores para que possamos compreender importantes aspectos sociais e econômicos da região em estudo. O inventário constitui-se em quatro partes, sendo elas: *abertura do inventário, avaliação dos bens, comprovantes diversos e partilha dos bens*¹². Nestas partes do documento, encontramos diversos espaços que podem ser explorados para o estudo da História Rural, uma delas é a *avaliação dos bens*, pois

Em sociedades agrárias e pré-industriais, como o Brasil dos séculos XVIII e XIX, a maior parte da riqueza estava concentrada nos bens rurais (e nos escravos). A partir da análise do tipo, do tamanho e dos valores das propriedades é possível verificar o índice de concentração da posse de terras numa determinada região, se a mesma era voltada para a agroexportação ou para o abastecimento das vilas e cidades, o grau de autonomia das unidades produtivas com relação ao mercado local de alimentos, além de outros aspectos¹³.

Além disso, como fontes auxiliares na realização deste trabalho, foram utilizadas as cartas de sesmarias, de modo com que possamos perceber a distribuição de terras na região em estudo, uma vez que os três proprietários das unidades produtivas rurais analisadas realizaram o requerimento de doação de terras. Também as correspondências de autoridades

¹⁰MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. In: *EDUSER: revista de educação*, vol. 2, 2010. p. 49-65.

¹¹Na realização do trabalho, as fontes serão citadas na íntegra, não havendo alterações/adaptações na escrita que foi encontrada nos documentos.

¹²VARGAS, Jonas. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post-mortem. In: *XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. p. 155-180.

¹³Idem, 2013, p.168.

militares, pois auxiliaram a entender os conflitos entre as Coroas Ibéricas e a apropriação de terras e rebanhos que ocorreu neste espaço.

Em virtude disso, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos a formação da fronteira no Rio Grande do Sul, que fora disputada entre ambas as Coroas Ibéricas. Para isso, percorremos os inúmeros tratados assinados e suas consequências nestes embates, devido considerarmos relevante estudarmos estes acordos e suas consequências, pois serão estes que possibilitarão fazer com que espanhóis e portugueses utilizem suas táticas e mecanismos que irão configurar a paisagem deste espaço. Entretanto, devemos salientar que este trabalho não se propõe a ser uma obra de caráter diplomático, onde todo fato histórico ocorre em decorrência de tratados e negociações, ou tão somente militar, derivado das constantes vitórias em lutas. Neste trabalho, ao darmos ênfase ao caráter diplomático e militar deste período, queremos que o leitor compreenda que fora através desse contexto, pautado em muitos conflitos e negociações, pelo qual o espaço sulino foi se moldando. Ao fazermos esta afirmação, queremos compreender a formação deste espaço enquanto uma construção histórica carregada de significações, em que diversos aparatos foram utilizados para moldá-lo e explorá-lo. Através disso, buscamos entender o período ao qual nos propomos neste estudo.

No segundo capítulo, abordamos o modo como ocorreu à incorporação do atual território do Estado do Rio Grande do Sul aos domínios da Coroa Lusitana, bem como seus mecanismos jurídicos e administrativos para este efeito. Com isso, serão abordados os aspectos como a apropriação de rebanhos e terras no Continente do Rio Grande de São Pedro e na margem norte do rio Jaguarão; além dos mecanismos que foram criados pela própria Coroa que auxiliou os colonos (uma parte deles!), a se fazerem representados nos colegiados que possuíam o poder de interferir na dinâmica do Império Ultramarino Português. Com isto, o espaço colonial irá ganhar sua própria dinâmica e organização, seja ela política, econômica e/ou social, desmistificando a ideia a muito tempo proposta do pacto colonial.

Por fim, no terceiro capítulo iremos nos deter de forma mais específica no estudo de caso das três unidades produtivas rurais. Com o auxílio das fontes mencionadas, buscaremos compreender como funcionavam estes estabelecimentos rurais e de que modo eles influenciaram para que ocorresse a consequente fixação portuguesa neste espaço.

CAPÍTULO 1

OS CONFLITOS COLONIAIS E A FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DE FRONTEIRA

1.1 O interesse das Coroas Ibéricas por uma “terra de ninguém”

Antes de entrarmos no contexto dos conflitos coloniais, devemos mencionar o que entendemos de uma determinada característica que marcou a construção da história do Rio Grande do Sul, que é o caráter fronteiriço dessa região. Ao falarmos em fronteira no período colonial, isto implica uma ideia de um espaço sem demarcação precisa, porém a mesma cumpre uma função concreta na vida dos agentes sociais que nela habitam, pois ela carrega em si a ambiguidade de ser fim e início, separação e contato. Com isso, a fronteira neste período

incide considerar que existiram diferentes territórios e pessoas que estiveram dentro e fora do limite em momentos diferentes, que órgãos burocráticos foram instalados e removidos, que tratados foram assinados ou não, e que os limites foram, muitas vezes, sustentados na prática¹⁴.

Contudo, cabe ressaltar que a fronteira não vive somente de guerras e disputas; nestes espaços também encontramos diferentes contextos que estimularam ou inseriram obstáculos em relações políticas e econômicas (pois independente do conhecimento da existência de um limite entre as duas nações, as relações sociais eram mantidas de acordo com o interesse dos colonos). Sendo assim, a fronteira é um produto histórico da ação humana, em que a mesma é constantemente ressignificada e assume diferentes sentidos para diversos atores sociais em diversos contextos¹⁵, principalmente no espaço do Continente do Rio Grande de São Pedro, que será objeto de desejo de espanhóis e portugueses.

Não obstante, este espaço nem sempre se constituiu enquanto alvo das disputas coloniais entre portugueses e espanhóis. É essencial mencionarmos que para entendermos o espaço, nos encaminhamos à Arqueologia para buscar essa definição em que é proposta uma

¹⁴FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Apologia à fronteira (manejada): uma forma de entender a fronteira. IN: _____. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Tese de doutoramento. 2012. p. 64.

¹⁵Idem, 2012.

divisão do mesmo em três aspectos, a saber: o espaço físico (meio natural, realidade dada), o espaço social (espaço construído pelos seres humanos) e o espaço pensado (simbólico). Em consequência destas três dimensões espaciais acabará resultando no surgimento da espacialidade, que é o processo de construção social e o sentido que é dado ao espaço¹⁶, sendo este, por sua vez, distinto na ocupação efetivada por cada Coroa Ibérica.

Acreditamos que o homem ao apropriar-se do espaço constitui o território, ou seja, o território é uma produção a partir do espaço, podendo ser associado o território a fatores políticos, culturais, econômicos, entre outros. O território é muito associado a um espaço onde fora delimitado uma ordem jurídica e política, onde se localiza uma nação. Entretanto, apesar dessas inúmeras variantes, assim como o espaço, o território também é um local no qual prevalecem as relações de poder. Com isso, frequentemente é associado ao processo político e econômico de ocupação do espaço. No entanto, existe certa distinção que ronda os estudos sobre território, que é a territorialização. Mesmo que o conceito de território esteja vinculado à ideia de ocupação do espaço, a territorialização consiste no ato de quando a população se conscientiza de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado¹⁷.

Junto a isso torna-se necessário apresentar o que entendemos por paisagem, pois assim como o território, esta categoria também é indissociável do espaço, que conforme apontamos, possuirá diferenças entre as ocupações de ambas as Coroas, mais uma característica que é presente na paisagem. Em um primeiro momento a paisagem está inserida na maneira com que o ser humano vê o mundo. Porém, esta atitude de conceber o mundo, não é simplesmente o efeito de receber passivamente os dados que compõe a paisagem, mas sim organizá-los e atribuir-lhes significados a partir de um código cultural específico¹⁸. Desse modo, percebe-se que a paisagem e o espaço são possuidores de significados distintos, pois ao mesmo tempo em que observamos uma paisagem, também a construímos. Além disso, deve-se levar em consideração que tudo que se observa é visto e interpretado de acordo com o contexto no qual está inserido o sujeito observador. Não podendo, portanto, a paisagem ser considerada isoladamente, separada do mesmo. Sendo assim, a paisagem pode ser compreendida como um

¹⁶CRIADO BOADO, Felipe. Del terreno al espacio: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. In: *CAPA*. Galicia: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1999. N.6.

¹⁷BORDO, Adilson Aparecido; et al. *As diferentes abordagens do conceito de território*. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfQ0kAB/as-diferentes-abordagens-conceito-territorio>>. Acessado em: 28 Jun. 2014

¹⁸CABRAL, Luiz Otávio, *A paisagem enquanto fenômeno vivido*. Florianópolis, 2000. Geosul. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14252/13053>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

acúmulo desigual e combinado de espacialidades pretéritas, presente e com projeções de futuro¹⁹. Desta maneira, pode-se compreendê-la como um sistema de valores que se transforma constantemente, o que irá ocorrer no espaço do Continente do Rio Grande de São Pedro e na área analisada, conforme se intensificam as frentes de expansão de ambas as Coroas Ibéricas. Contudo, após a explanação destas categorias necessárias para o entendimento deste trabalho, será introduzido o assunto dos conflitos coloniais, que acreditamos serem os responsáveis por alicerçarem as ideias acima propostas.

O Tratado de Tordesilhas firmado em 1494 passava sua linha demarcatória de divisão dos dois reinos ao largo do litoral do atual Estado de Santa Catarina, e a região que faria parte do Estado do Rio Grande do Sul pertencia aos espanhóis. No entanto, estes limites que haviam sido demarcados eram muito imprecisos para ambas as Coroas. Devido a isso, este fato acabou fomentando discórdias entre lusos e hispânicos, em que cada um deles se auto intitulava donatário do espaço. Inclusive, este debate sobre a verdadeira linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas se estenderá até o século XVIII²⁰. Tordesilhas seria muito mais um acordo sistêmico do que um pacto de definição clara de limites territoriais, uma vez que o próprio escasso conhecimento geográfico impedia a busca de soluções²¹. Todavia, neste início de colonização, nenhum destes reinos direcionou seus olhares para o atual Estado do Rio Grande do Sul. Pois ainda nos prelúdios do século XVI, os espanhóis estavam mais concentrados na “consolidação da conquista sobre as populações andinas da região do Peru-Bolívia e o início da exploração intensa dos minérios que esta zona propiciava”²².

Desta forma, a zona que compreendia a Banda Oriental e o atual Estado do Rio Grande do Sul não possuía atrativos econômicos que competissem com as riquezas disponíveis em outras regiões colonizadas pelos espanhóis, como a região dos Andes. Além disso, esta era uma área com a presença de populações indígenas que estavam em constante conflito com as Coroas. No entanto, este cenário será modificado na segunda metade do século XVI.

¹⁹SILVA, Adriana Fraga da, *Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*, 2010.

²⁰GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

²¹CAMARGO, Fernando. Guardas militares ibéricas na fronteira platina. In: POSSAMAI, Paulo César (org.) *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas, EDUPEL: 2010.

²²BARCELOS, Artur Henrique Franco. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. *Revista Complutense de Historia de América, Madrid - Espanha*, v. 26, p. 93-116, 2000. p. 94.

Os Espanhóis então cientes de que com o Tratado firmado o espaço platino pertenceria ao seu monopólio, começam a efetivar sua ocupação em 1536, com a fundação da *Nuestra Señora de los Buenos Aires*, na margem sul do Rio da Prata. Este fortim, por sua vez, terá vida efêmera devido às dificuldades em manter-se com recursos alimentares e também pelos sucessivos ataques dos indígenas pampeanos. Neste mesmo período, os portugueses também começaram a instalar-se na vila de São Vicente, atual Estado de São Paulo. Contudo, os hispânicos irão criar até finais do século XVI “uma rede de cidades na região platina, formada principalmente por Buenos Aires (refundada em 1580), Asunción, Ontiveros, Villa Rica, Ciudad Real, Santa Fé, Corrientes, Córdoba, entre outras”²³. Ainda assim, para o território que hoje compreende o Estado do Rio Grande do Sul não é direcionado nenhum olhar.

Com a ideia de que os espaços que os espanhóis estavam ocupando lhes pertenciam, os portugueses então decidiram mandar embarcações para tomar conhecimento da área que estava em processo de apropriação. O embaixador da Espanha em Portugal alertou Carlos V, rei da Espanha, com a notícia de que “aqui [Lisboa] consideram [...] que quanto a nenhuma dessas terras foi averiguado a quem toca por direito, se a Castela ou se a Portugal, e que, por isso, lhes parece que quem mais puder descobrir e povoar com elas ficará”²⁴. Portanto, neste período terá início a disputa pela ocupação deste território.

No ano de 1626 a Coroa Espanhola começa efetivar sua ocupação na região do Rio Grande do Sul, juntamente da chegada dos jesuítas de Asunción. Esta efetivação dá-se a partir da instalação de reduções entre os índios guaranis, que tinham como função “a conversão e integração das parcialidades indígenas”²⁵, ou seja, buscavam através dessas reduções moldar os indígenas de acordo com seus princípios, principalmente converter estas populações ao cristianismo. Nesta empreitada, os jesuítas conseguiram instalar aproximadamente 16 reduções com os índios guaranis, e esta região denominou-se como Tape²⁶.

Apesar disso, os jesuítas se encontrarão em uma situação delicada, pois de um lado encontraram uma forte resistência empregada pelas populações indígenas, e de outro, a penetração dos bandeirantes paulistas, que acabava por ocasionar constantes conflitos. Esta situação fez com que os jesuítas se retirassem da região do Tape e voltassem para o Oeste do

²³SILVA, Adriana Fraga da ; BARCELOS, Artur. Henrique Franco. O conflito, a guerra e seus vestígios materiais no rio Grande do Sul. In: Jaisson Teixeira Lino; Pedro Paulo Abreu Funari. (Org.). *Arqueologia da Guerra e do Conflito*. 1ed. Erechim: Habilis Press, 2013. p. 169.

²⁴GARCIA, 2010, p. 44.

²⁵BARCELOS, 2000, p. 97.

²⁶Esta localidade correspondia parte da região central e noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul.

Rio Uruguai em 1640. Mas, estas reduções serão responsáveis por introduzir um elemento que será de grande importância para o futuro desenvolvimento econômico da região e cobiça por parte das Coroas Ibéricas, populações indígenas, bandeirantes, entre outros, que é o gado bovino. Quando ocorre a retirada dos jesuítas da região do Tape em 1640, “os rebanhos procriaram livremente, formando o que se chamaria de *Vaqueria del Mar*”²⁷. Neste local encontrava-se uma enorme quantidade de gado *cimarrón* e, com isso, estes gados despertarão grande interesse dos povoados espanhóis, os quais buscavam abatê-los para que se fizesse a exploração da courama.

Contudo, em meados do século XVII os portugueses vão começar a direcionar maior atenção para à bacia do Rio da Prata, e isto pode ser ocasionado pelo comércio ilegal, este que era praticado por aquelas bandas. O contrabando esteve tão presente durante toda a disputa por este território, que acabou sendo praticado também pelos portugueses, índios e negros. “O contrabando era, pois, uma prática habitual, corriqueira, de circulação de mercadoria naquele espaço”²⁸. Mas também é necessário salientar que os mesmos poderiam pautar seu interesse baseados em questões geopolíticas, pois independente do que o Tratado de Tordesilhas afirmara, poderiam entender que seus domínios se estenderiam até a bacia do Rio da Prata.

Ao tempo em que os espanhóis fundavam um complexo de povoados e as instalações das missões jesuíticas, Portugal começa a sua política de intervenção em direção ao Rio da Prata. No ano de 1676 fora estabelecido o povoado de Laguna, que hoje se localiza no Estado de Santa Catarina. Porém, a que surtirá maior impacto e que será a causa de grandes embates entre as Coroas, será a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento no ano de 1680, sendo que esta ficara em frente à Buenos Aires, tornando-se a primeira instalação militar efetiva realizada pelos portugueses na região platina. Além disso, cabe evidenciar que os habitantes deste núcleo populacional também começarão a explorar o gado que se encontrava nas Vacarias²⁹. Em resposta ao avanço português, os jesuítas voltam para a antiga região do Tape e fundam mais sete reduções.

Em relação às missões jesuíticas, cabe ressaltar que as mesmas não tiveram como único objetivo a delimitação de um novo e bom indígena, pautado nas crenças do cristianismo. Mais do que isso, as missões jesuíticas foram uma estratégia utilizada por ambas as Coroas Ibéricas, neste caso a hispânica, para ocupar o espaço que estava em constante conflito. Dessa

²⁷SILVA; BARCELOS, 2013. p. 170.

²⁸OSORIO, 2007. p.64.

²⁹SILVA; BARCELOS, op. cit.

forma, o território era visto como uma área que estava aberta para que novas reduções pudessem ser estabelecidas e, conseqüentemente, defender o território para sua bandeira. Com isso,

a presença portuguesa era um elemento importante a ser considerado na estratégia dos jesuítas para a ocupação do espaço. Em alguns momentos isto se tornou mais explícito, como foi o caso do desdobramento da redução de *San Miguel Arcanjel*, em 1697, que deu origem à redução de *San Juan Bautista*. O padre Antônio Sepp foi o responsável por esta nova fundação. Seus relatos sobre as atitudes que tomou para a escolha da nova localização e o estabelecimento inicial do assentamento aportam informações para a compreensão das estratégias jesuíticas em suas fundações de reduções³⁰.

Desse modo, um espaço que já se caracterizava enquanto um local conflituoso, a instalação da Colônia do Santíssimo Sacramento só aumentará essas disputas (ocasionando sucessivas expulsões de portugueses do território do rio da prata, e devoluções da Colônia por parte dos espanhóis). Mesmo assim, no ano de 1723 os portugueses novamente tentarão fixar-se no Rio da Prata, fazendo com que os espanhóis os expulsassem mais uma vez. Com isso, começam a surgir propostas para que fossem estabelecidos povoados no Rio Grande, de modo com que se facilitasse a comunicação do Brasil com a bacia platina, além é claro da “sustentação dos interesses mercantis portugueses no Prata através da Colônia e na exploração da ‘nova’ riqueza pecuária e possibilitados pelo maior conhecimento da costa do Atlântico Sul”³¹. Cabe salientar que com a descoberta do ouro das Minas Gerais, criou-se em volta de Vila Rica e em outras partes do Brasil um importante mercado consumidor para os produtos da Colônia e sua campanha³². Em virtude disso, na década de 1730 começam a descer os moradores de Laguna e deslocarem-se para os Campos de Viamão e rio Tramandaí. Remonta a este período as primeiras concessões de sesmarias realizadas pela Coroa Portuguesa no Continente de Rio Grande de São Pedro³³.

Em 1737 uma nova expedição liderada por Silva Paes foi enviada para socorrer a Colônia do Santíssimo Sacramento, pois a mesma encontrava-se cercada de espanhóis e índios missioneiros, e novamente o episódio se repetiria com os portugueses saindo derrotados. No entanto, outra missão tinha sido facultada a Silva Paes, uma vez que os luso-brasileiros não conseguiram fixar-se nas bandas orientais do Uruguai, o qual era seu principal objetivo. Este encargo consistia na fundação de um fortim que estivesse em meio à população

³⁰BARCELOS, 2000, p. 107.

³¹OSORIO, 1990. p.67.

³²GARCIA, 2010.

³³OSORIO, op. cit.

de Laguna e a Colônia do Santíssimo Sacramento, ou seja, queriam iniciar o povoamento da “terra de ninguém”, pois entre esses dois locais (Laguna e Colônia do Sacramento) havia um nada. No entanto, era um nada repleto de populações autóctones que usavam suas forças para combaterem ou se aliarem às Coroas, um nada que estava superlotado de gados bovinos que continuavam a se multiplicar desde quando foram deixados pelos jesuítas, e que forneceu riquezas e produtos para a comercialização portuguesa. Em consequência disso no ano de 1737 fundam o forte que foi denominado de Jesus Maria José, que mais tarde tornar-se-ia a Vila do Rio Grande de São Pedro, que atuaria como o núcleo administrativo dos portugueses e luso-brasileiros instalados na faixa litorânea. Também é deste período que os portugueses começarão a estabelecer posições militares neste território, fundando fortes e guardas, de modo com que defendesse uma linha de limite com os espanhóis, mesmo que essa linha seja duvidosa³⁴. Estes empreendimentos eram importantes em uma conjuntura permeada de conflitos pois

elas serviam a dois propósitos considerados estratégicos pelas administrações portuguesa e espanhola: de um lado a criação de um fato jurídico que pudesse, posteriormente, ser utilizado em eventuais negociações diplomáticas; por outro, a constituição de uma balança equilibrada na correlação de forças regionais em toda a franja fronteiriça³⁵.

Deste modo, constata-se que as duas Coroas Ibéricas estavam ocupando o mesmo território, e disputando paulatinamente a posse do mesmo. Logo, as hostilidades só aumentavam entre as Coroas e, não vendo outra saída, em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, cujo objetivo deste era novamente redefinir as fronteiras e domínios dos dois países. Neste tratado, surgem dois novos fatores que buscavam dar maior fidedignidade aos acordos firmados entre portugueses e espanhóis, que eram: Estabelecer os limites através de marcos geográficos locais, mais relacionados ao relevo e a hidrografia do que a linhas imaginárias; Estabelecimento de expedições de demarcações que deveriam verificar os pontos referenciais que eram estabelecidos no acordo e assentar nestes pontos, marcos de pedra de ambas as nações³⁶.

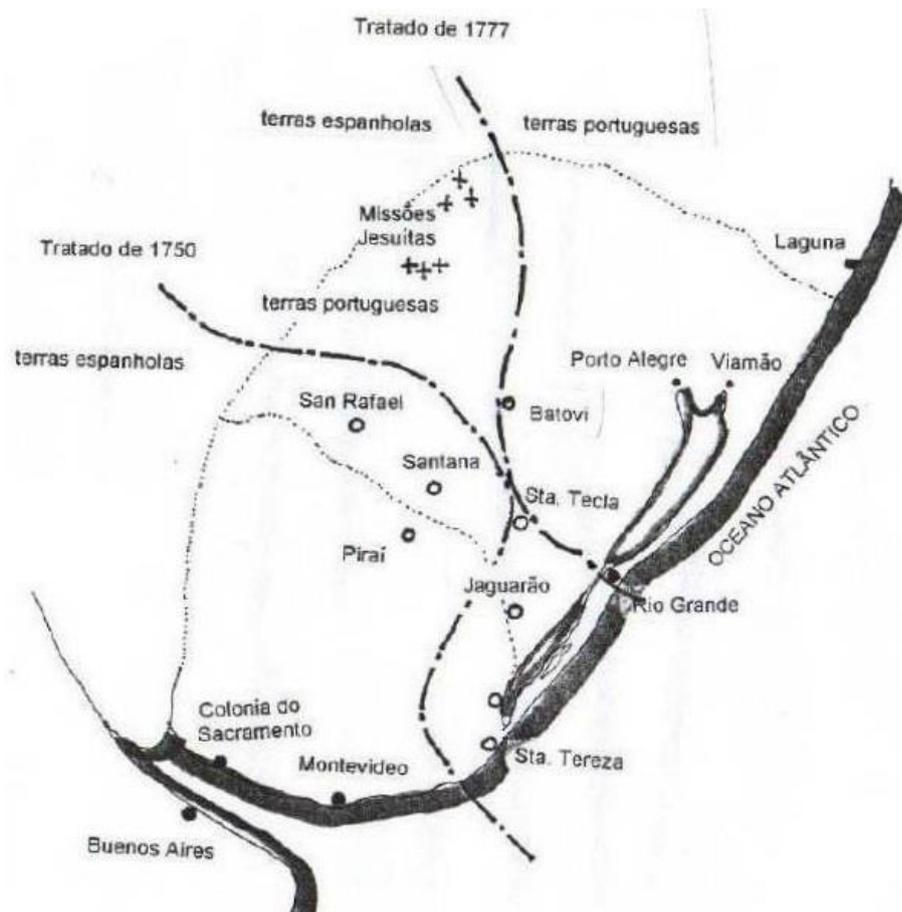
Contudo, a conjuntura deste tratado possibilita que Portugal tenha maior domínio do território que compreende o atual Estado do Rio Grande do Sul, pois este acordo estipulava a

³⁴SILVA; BARCELOS, 2013.

³⁵CAMARGO, 2010, p. 68.

³⁶Idem, 2010.

devolução da Colônia do Santíssimo Sacramento para os espanhóis e, em troca, os espanhóis cederiam os sete povos das missões para os portugueses (Ver Figura 1.). Sendo assim, e com os novos fatores acordados com a assinatura do Tratado de Madri, no ano de 1752 foram enviadas expedições demarcadoras de forças conjuntas para que fosse feito o que estava imposto no documento pactuado por ambas as Coroas. Porém, durante estas viagens para a demarcação do território, ocorreram sucessivas revoltas dos índios missioneiros, que perduraram dos anos de 1753 a 1756, este fato ficou conhecido como a Guerra Guaranítica. Isto ocorreu, pois os guaranis se negavam a ceder seus domínios para os portugueses, querendo estes ficarem sob a jurisdição dos jesuítas espanhóis. Durante a Guerra Guaranítica, Portugal promoveu a vinda de habitantes do Arquipélago de Açores, para que fossem instalados nas reduções jesuíticas. Porém, com este novo conflito acabaram se instalando na Colônia do Sacramento, Rio Grande, Viamão, entre outros núcleos pertencentes a Portugal. Isto contribuiu para que a ocupação portuguesa fosse incrementada na região.



Fonte: Martins, 2011, p. 27

FIGURA 3- Linhas demarcatórias dos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777).

Portanto, podemos concluir que a situação do Rio Grande do Sul e bacia platina estavam da seguinte forma, após todos esses movimentos com o Tratado de 1750:

Os resultados concretos do inexecutado Tratado de 1750 foram, por um lado, a desestruturação do espaço missioneiro, a dizimação de parte de sua população, a reafirmação do poder das monarquias absolutas ibéricas sobre aquele espaço e por outro, a ampliação do espaço platino sob domínio português³⁷.

Com a impossibilidade de demarcação do Tratado de Madri, em 1761 este acordo foi substituído pelo de El Pardo, em que a situação voltava ao panorama anterior. Mas a Coroa Portuguesa não estava respeitando os limites que haviam sido impostos pelos tratados, e com isso ela continuou ocupando os locais que, de fato, pertenceriam à Espanha. Com esta atitude, então, podemos compreender como Portugal conseguia ampliar o seu domínio no espaço platino.

A tática empregada pela Coroa Portuguesa, e que será difundida principalmente no século XVIII para tomar posse da terra, é conhecida como *Uti Possidetis*. Esta estratégia constitui-se em um “recurso jurídico-político mediador de incorporação de territórios na construção dos espaços colonial e nacional”³⁸. Baseado nas doações de terras, este método “trata-se de um projecto directamente organizado pela Coroa, com o objectivo de consolidar a presença portuguesa em Santa Catarina e Rio Grande do Sul [...]”³⁹. Dessa maneira, o *Uti Possidetis* caracteriza-se enquanto um processo histórico de incorporação e conquista do território, e não a consolidação de um espaço natural, mas representa a intervenção humana, de um Estado, no espaço em disputa. A partir deste aparato que a Coroa Portuguesa irá infiltrando-se em maior número neste território hostil, realizando doações de terras para que a região fosse ocupada e defendida para sua Coroa.

Ao perceber o paulatino avanço português, os hispânicos irão aumentar sua insatisfação, fazendo com que ocorresse uma nova ofensiva espanhola. No ano de 1762, sob o comando de Dom Pedro Cevallos, os espanhóis tomaram a Colônia do Santíssimo Sacramento e, posteriormente, a Vila de Rio Grande, até chegar à ilha de Santa Catarina em 1777. Quando parecia se encaminhar para mais um conflito armado entre as Coroas Ibéricas,

³⁷OSORIO, 1990, p. 96.

³⁸GOLIN, 2002. p. 50.

³⁹RODRIGUES, Miguel Jasmins. *Sesmarias no Império atlântico português*. Lisboa, nov. 2005. Disponível em: <http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/miguel_jasmins_rodrigues.pdf> Acesso em: Junho, 2011. p.08.

iniciou-se uma negociação entre Espanha e Portugal, que irá resultar no Tratado de Santo Ildefonso.

1.2 O Tratado de Santo Ildefonso e a incorporação das novas terras

Após as Coroas Ibéricas terem chegado a um comum acordo sobre as divisões das terras da região platina, as expedições demarcadoras saíram no ano de 1784 para realizar a delimitação do espaço pertencente a cada Coroa. Mas neste tratado houve várias imprecisões quanto à localização dos campos neutrais⁴⁰. Em uma parte deste acordo firmado entre as Coroas, foi destacado o seguinte limite:

[...] Pela parte do Continente irá a linha desde as margens da dita Lagoa Mirim, tomando a direção *pele primeiro arroio meridional que entra no sangradouro ou desaguadouro* dela e que corre pelo mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo; desde o qual, sem exceder o limite do dito Arroio, continuará o domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios que correm até o mencionado Rio Grande e Jacuí [...].⁴¹

Com a criação dos campos neutrais neste tratado, torna-se imprescindível debatermos algumas contradições em relação a estas localidades, pois este foi um assunto muito discutido e criticado pela historiografia. A intenção da Coroa Espanhola em criar os campos neutrais estaria embasada no propósito de que, a partir deste mecanismo, o avanço português pudesse ser barrado, além de dissipar o comércio ilegal que era realizado por estas bandas. No entanto, o ocorrido foi completamente o oposto. Devido a isso, estas fronteiras são criticadas, em consequência do caráter contraditório que margeia esta disposição, pois “não havendo acidentes geográficos significativos que delimitassem as possessões portuguesas rumo ao sul, sua ‘fronteira natural’ seria o próprio espaço do Rio da Prata”⁴².

Logo, a real localização do arroio referenciado no tratado acabou tornando-se motivo de desentendimento entre as Coroas Ibéricas, não chegando a um determinado consenso. Os espanhóis alertavam que o limite imposto localizava-se no Rio Piratini, enquanto que os portugueses não aceitavam o dito rio como divisa, mas “se havia algo evidente era que o forte

⁴⁰Espaços entre os domínios das duas Coroas, que seriam a causa da discórdia dos demarcadores e, no geral, não respeitados. Ver mais: GOLIN, 2002.

⁴¹FRANCO, 1980, p.09.

⁴²OSORIO, 1990, p. 31.

em questão ficava mesmo às margens do Rio Piratini, conforme a tese dos comissários espanhóis”⁴³.

Então, com a negativa de uma nova fixação estável de limites entre ambas as Coroas, Portugal seguiu avançando e ocupando diversos pontos da fronteira, inclusive os campos neutrais, assim como as terras situadas ao sul do Rio Piratini⁴⁴. Com a finalidade de regularizar as posses que ocorreram nos anos conturbados entre as duas Coroas, o governador do Rio Grande José Marcelino de Figueiredo lançou Edital em 1º de Janeiro de 1780. Os grandes beneficiados deste Edital foram os que pertenciam à alta patente na hierarquia militar, pois “uma vez que eram as autoridades militares as que prestavam as informações ao governador, o qual, por sua vez, repassava essas informações ao Vice-Rei, para que este procedesse à doação”⁴⁵. No entanto, este Edital estabelecia diversos fatores, como o impedimento de venda das terras concedidas e a obrigação do desenvolvimento da pecuária, porém, como de praxe no período colonial, as regras eram parcamente respeitadas.

Há necessidade de se destacar que na segunda metade do século XVII, Portugal começa a perder posições para os países do norte da Europa, que estavam em pleno avanço ao capitalismo. Com isso, havia grande preocupação em manter sua colônia e expandi-la, pois os maiores lucros de Portugal era com a revenda de mercadorias coloniais para outros países europeus, e também a importação-exportação de têxteis europeus para o mercado colonial⁴⁶. A partir desse momento, abre-se um espaço para que Portugal queira extrair o máximo de sua colônia em benefício da metrópole. Em virtude disso, começa um período de intenso reconhecimento dos territórios coloniais por parte da metrópole, inclusive com a própria expedição de demarcação de limites do Tratado de Santo Ildefonso que teve início em 1784. Já a Espanha também passava por uma situação semelhante, porém não idêntica. No século XVIII, os hispânicos também perderão espaço para outros países europeus, como França e Inglaterra. Porém, ao contrário de Portugal, a Espanha enxergava em sua Colônia uma imagem dela mesma, pois se as colônias exportassem produtos primários, a Espanha também o fazia. Porém, as economias diferiam em uma atividade que era a produção de metais preciosos pelas colônias. Desse modo, houve um movimento inverso neste caso. Assistia-se

⁴³GOLIN, 2002, p. 172.

⁴⁴GARCIA, 2010.

⁴⁵GULARTE, Gustavo da Silva. *Intrusos em terras fronteiriças: Ocupação e povoamento das terras da margem oriental do Rio Jaguarão, 1801-1814*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Monografia de conclusão de curso, 2009. P. 12-13.

⁴⁶FRAGOSO, João Luís. Os modelos explicativos da economia colonial. In: _____. *Homens de Grossa Aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

uma economia colonial dependente de uma metrópole subdesenvolvida. Neste sentido que surgirão as reformas borbônicas, cuja meta principal era, mais do que projetar novas estruturas, reformar as já existentes, e o objetivo econômico básico era desenvolver a agricultura, mais do que estimular a indústria⁴⁷. Estas novas pretensões econômicas, aliadas ao crescimento populacional, fez com que o interesse por novas terras para o desenvolvimento da agricultura fossem almejadas, e com isso a disputa pelas posses na Colônia são de grande importância.

Neste cenário de demarcações de limites e dilatação dos domínios portugueses, que as margens do rio Jaguarão entrarão em perspectiva. Pois, a partir de então, comissários espanhóis alertarão as autoridades para os perigos de Portugal avançar para aqueles campos. Isto causaria enorme dano às pretensões espanholas e, do lado português, este território era visto como alternativa as atividades econômicas que eram desenvolvidas por eles. Dentre os motivos que atraíram atenção de ambas as Coroas para com este território, estava o sistema hidrográfico que possibilitava amplo acesso a outras praças mercantis, através da Lagoa Mirim e seus afluentes. Além, é claro, da presença do gado⁴⁸. No entanto, o avanço português significaria o empreendimento de tudo aquilo que a Coroa Espanhola estava combatendo, muito em virtude das reformas borbônicas, como o contrabando e as manufaturas inglesas. Por isso os espanhóis sustentavam

ser a linha divisória o rio que eles indicavam como sendo o Piratini, única forma de evitar o trânsito pela Lagoa Mirim e seus arroios. Essa disputa foi levada às Cortes e a demarcação não ocorreu, beneficiando os portugueses que adiantaram-se mais celeremente sobre essas terras⁴⁹.

Com o avanço português, a Coroa Hispânica também encontra seu jeito de povoar este território, instalando fortins tanto na margem direita (atual Uruguai) como na margem esquerda (atual território brasileiro) do Rio Jaguarão. Além disso, deve-se ressaltar que a ocupação hispânica na região não resumia-se apenas a instalação de fortins nas proximidades do Rio Jaguarão e Lagoa Mirim, mas igualmente na instalação de povoados, porém, na margem direita do rio. Um destes é conhecido como “La Coronilla”, localizado a uns 5km da

⁴⁷LYNCH, John. As origens da independência na América Espanhola. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: Da Independência a 1870*, vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

⁴⁸OSORIO, 1990.

⁴⁹Idem, 1990, p. 195.

atual cidade de Rio Branco⁵⁰. Portanto, através de levantamento bibliográfico percebe-se à atenção que é dada a este local, principalmente pela instalação de guardas e acampamentos militares nos municípios que margeiam o rio Jaguarão, sendo elas tanto de origem Portuguesa quanto Espanhola⁵¹. Além disso, existem indícios na documentação consultada, que demonstram um levantamento realizado pela Coroa Portuguesa das guardas e do efetivo de militares que compunham estes locais e estavam alojados nas margens do Jaguarão, o que vem a comprovar que este espaço estava sob os olhares de ambas as Coroas, devido este território simbolizar os interesses mercantis destas potências coloniais.

Jagoarão de 1 Subalerno e 60 praças de Dragoens e Belendengues: duas Corsarias, e tripulação competente.

A goarda de Santo Antonio do Quilombo, defronte da nossa goarda do Eral de 1 Subalerno, e 70 e tantas praças dos diferentes corpos.

A goarda de São Joze, sentral da linha, de quarenta e tantas praças.

A goarda de Santa Roza, defronte da nossa de São Joze da Coxilha, de 70 e tantas praças⁵².

Mesmo com a preocupação dos espanhóis com o território e a instalação de diversos mecanismos para manter a posse do referido local, o avanço português era muito notável, utilizando sua tática de *Uti Possidetis* para infiltrar-se cada vez mais nos domínios hispânicos. Em meio a essa frente de expansão portuguesa, a Coroa Espanhola, em 02 de março de 1801, declarou guerra contra os portugueses. Esta guerra também é conhecida como a Guerra das Laranjas, pois apesar da mesma ter sido declarada, não havia intenção destes países de lutarem entre si, e isto pode estar associado à relação de parentesco existente entre as Coroas Portuguesa e Hispânica. No entanto, era uma guerra ansiada na América. Logo, apesar da curta duração (6 meses), este evento terá consequências importantíssimas na fronteira-sul.

Após a chegada da notícia de que Portugal e Espanha estavam em guerra, fato este que foi ocorrer somente em Junho do mesmo ano, as tropas portuguesas começam sua marcha com o intuito de combater o seu inimigo. Neste período que ocorre a conquista das missões pelos portugueses, a dilatação da fronteira oeste e a ocupação dos campos neutrais entre o Taim e o Chuí, fixando-se também, e desta vez de forma definitiva, na divisa do Jaguarão,

⁵⁰AICARDI ALEJO, Jorge. *Rio Branco 1792-1992: un enfoque histórico y su realidad actual de cara al año 2000*. Rio Branco, Junta Local Autónoma Electiva de Rio Branco: 1992.

⁵¹São várias obras consultadas que fomentaram a afirmação da ocupação espanhola e portuguesa através de acampamentos militares e guardas. Ver mais: CARAMAGO, 2001; AICARDI, 1992; FRANCO, 1980.

⁵²Levantamento do Comandante da Fronteira do Rio Grande de São Pedro, Manuel Marques de Souza, 26/10/1795. AHRS- Fundo: Autoridades Militares, maço 01.

onde fundarão a Guarda do Serrito e que, posteriormente, será a cidade que leva o nome do referido rio.

A investida espanhola em direção à bacia platina chegou a estender-se até o Forte castelhano de Serro Largo em outubro de 1801, e isto marcaria o avanço definitivo sobre o até então espaço neutro. No mês de novembro estas tropas acabaram recuando até a margem norte do rio Jaguarão após sofrerem uma contraofensiva dos espanhóis, no entanto, conseguiram manter a posse das terras do Jaguarão para o domínio luso. Isto pode ser observado na correspondência de Manoel Marques de Souza remetida ao governador do Rio Grande, o brigadeiro Roscio, datada de 12 de Dezembro de 1801.

Ontem me unni ao nosso Acampam^{to} da margem do Jagoarão com bom sucesso, bem defronte ao lugar emq ontem mesmo se acampou o Exercito inimigo; o qual vai marchando p^a. sima pella costa do dito Jagoarão. Penso q o seu destino, p^r ora, será procurar hum lugar vantajoso p^a dar mais liberdade e descanso a sua Cavallhada, q acêde e falta depasto tem posto impossibilitada de servir. Eu tão bem vou seguindo a mesma direção com doze Esquadroens e o [ilegível], até ele parar⁵³.

Apesar dessa guerra ter surtido grandes efeitos nas possessões coloniais de ambas as Coroas, no mesmo ano em que é declarada, foi assinado o Tratado de Badajóz, com o intuito de findar a disputa. Porém, a notícia de que este tratado havia sido assinado não chegou a América. Desta forma, os portugueses conseguiram avançar o território e ocupar boa parte da atual região sul do Rio Grande do Sul.

Devido a mais um tratado firmado, as autoridades hispânicas começaram a contestar porque nenhuma atenção havia sido destinada para a fronteira meridional, visto que Portugal tinha tomado posse da maior parte do território. Percebendo o descontentamento da Espanha, Portugal tratou logo de ocupar o que havia conseguido em suas investidas.

No mundo real da campanha, as autoridades sul-rio-grandenses, pressionadas pelo movimento espontâneo dos grupos independentes, assim que se vislumbrou a trégua, trataram de efetivar a ocupação das áreas conquistadas. O processo era conhecido: da conquista passava-se à ocupação/colonização estancieira, criando-se uma situação real de *uti possidetis*⁵⁴.

⁵³Correspondência de Manuel Marques de Souza ao governador Francisco Roscio, 12/12/1801. AHRS- Fundo Autoridades Militares, maço 01.

⁵⁴GOLIN, 2002, p. 232.

Porém, a Coroa Espanhola não deixará de tentar recuperar o território que perdeu durante a Guerra de 1801:

[...] a Patrulha do [ilegível] Silvestre Teixeira Pinto que goardava amargem oriental do Rio Jagoarão desde a barra do Candiota para a parte direita até S^{ta} Tecla, emcomtrou em dias de Mayo trez ou quatro, indeviduos Hespanhoes reformando o rancho dehua pequena Estancia junto a goarda denominada de S^{ta} Roza; àqual Estancia foi evacuada quando as nossas Tropas atacam adita goarda, ecobrirão até a margem oriental do Jagoarão. Examinando com q Ordem estão reformando aquele rancho, supondo ser algum portuguez q quisesse introduzirse no Rincão de S^{ta} Roza, disserão q seu amo hera Hespanhol, e queria tornar a ocupar aquele lugar⁵⁵.

Porém, suas reclamações e tentativas de retomar o território não surtiram efeito frente à política internacional destes dois países. Com isso, a Coroa Espanhola também percebendo este fato, estava a ponto de declarar uma nova guerra contra Portugal, porém no ano de 1806 os ingleses invadiram o Rio da Prata (em detrimento dos lusos), chegando a invadir também Montevideú em fevereiro de 1807. Com esta investida inglesa e a guerra de 1801, os luso-brasileiros selaram a conquista do território que hoje compreende o atual Estado do Rio Grande do Sul, assim como as atuais fronteiras sulinas com os países da Argentina e do Uruguai.

⁵⁵Correspondência de Manuel Marques de Souza ao governador Francisco Roscio, 04/09/1802. AHRS- Fundo: Autoridades Militares, maço 02.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO LUSO NO CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E SEUS MECANISMOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS

2.1 A apropriação de terras e rebanhos

No cenário em que a maior parte do território do Estado do Rio Grande do Sul era desconhecido pelos colonizadores e eram crescentes os conflitos pela posse do mesmo, que as Coroas irão começar a dirigir seus olhares para este espaço, mas, além disso, deve-se ressaltar a importância das expedições de demarcação de limites como fator contribuinte para a posse do mesmo. Então, conforme os portugueses irão expandindo-se rumo ao Prata estes irão realizando a apropriação, primeiramente do gado selvagem, para logo após apropriarem-se das terras. No entanto, quando debatermos questões relacionadas à posse de terras nas recônditas paragens da bacia platina, devemos mencionar que os precursores desta atividade fora a Companhia de Jesus no século XVII. Além de catequizar os indígenas, os jesuítas criaram uma organização estrutural que possibilitou a emergência de um complexo sistema para desbravar o território conflituoso entre portugueses e espanhóis, além de legitimar a expansão territorial destas Coroas. Todavia, este espaço será um instrumento que despertará interesse dos Impérios Ibéricos e sua apropriação sofrerá múltiplas interferências.

Esta zona começará a sofrer intervenção já com a instalação da Colônia do Santíssimo Sacramento, pois os habitantes deste posto comercial irão entrar em disputa pela exploração dos gados oriundos da Vaqueria del Mar, pois sua função era

estabelecer o comércio com terras espanholas – legal e ilegal- abocanhando um quinhão da prata potosina e criar um posto avançado permanente de ocupação portuguesa. Na prática, tratou-se de um empreendimento patrocinado por grandes comerciantes fluminenses, interessados na troca de mercadorias e escravos pelo metal precioso e couros bovinos⁵⁶.

Além disso, outro fator que contribui para a exploração e apropriação deste território decorreu do início do século XVIII, momento este em que os ingleses tiveram acesso ao couro

⁵⁶KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América Portuguesa. In: *Revista de História*. São Paulo, nº 69, 2013, p. 58.

de Buenos Aires. Esta circunstância fez com que o gado localizado em Buenos Aires fosse esgotado rapidamente devido ao número limitado destes animais, com isso acirra-se a disputa e a exploração do gado na banda oriental não só entre espanhóis e portugueses, mas acrescentam-se os buenaienses e jesuítas (estes últimos alegavam ter direito sobre todo o gado). A partir de então, surgem diversas expedições oriundas de Buenos Aires para a extração do couro, que serão as responsáveis pela fixação dos primeiros povoadores espanhóis⁵⁷.

Com toda essa disputa pelo gado na banda oriental, no século XVIII irão surgir às primeiras argumentações favoráveis, proposta pelos militares portugueses, que irão defender o estabelecimento de povoação no atual território do Rio Grande do Sul. No entanto, cabe ressaltar que a importância destinada a este espaço estava pautada exclusivamente em interesses mercantis da Coroa para com as riquezas pecuárias encontradas na região. Já data deste período em que os paulistas também exploravam o gado da Vaqueria del Mar levando-os em direção à Laguna e outras regiões da colônia. Neste sentido, o espaço platino aparece diante das investidas dos Impérios Ibéricos enquanto um espaço de “complementaridade econômica”⁵⁸.

Devido a esta situação, nesse período ainda não irão ocorrer apropriações efetivas da terra, pois se destacava o caráter sazonal das ocupações praticadas pelos paulistas, cujo intuito era o de abastecer o comércio da colônia portuguesa com o gado proveniente da região platina. Com o enorme desenvolvimento que ocorre nas áreas mineradoras no século XVIII, as redes de comércio serão modificadas, pois o mercado ficara mais competitivo entre os fazendeiros das áreas mineradoras e de outras regiões, pois os primeiros irão oferecer melhores condições de negócio, como disponibilizar valores mais altos na compra e o pagamento realizado no ato da aquisição do produto. Com isso os paulistas irão buscar na região meridional, meios que visavam abastecer a região mineradora e, conseqüentemente, aumentar seus lucros⁵⁹. Diante disso, serão abertos vários caminhos que irão fazer a ligação entre as diferentes localidades da Colônia realizando o traslado do gado. Logo, no início da exploração econômica da região platina pelos portugueses, estabelecer pessoas em terras era decorrência da inserção de animais que eram “o único objeto de apropriação privada [...]”.

⁵⁷OSORIO, 1990.

⁵⁸Idem, p. 69.

⁵⁹SILVA, 2010.

Como abundavam, ainda não era necessária a apropriação da terra para garantir a propriedade de rebanhos”⁶⁰.

Em meio a esta necessidade de prear o gado devido à sua crescente importância econômica, no ano de 1732 serão concedidas as primeiras sesmarias no Continente do Rio Grande de São Pedro, que estarão localizadas nas zonas do rio Tramandaí⁶¹. Este tipo de atividade surgiu, visto que “para povoar o Brasil e estabelecer a grande lavoura voltada para o mercado europeu, era preciso estímulos e o primeiro seria o oferecimento de terras, graciosamente. Assim foi implantada a instituição das sesmarias no Brasil”⁶². Dentre as pessoas que foi concedido sesmaria estava Francisco Brito Peixoto, o fundador do povoado de Laguna e que terá grande projeção no início da colonização deste Continente, conforme será abordado adiante.

Para fortalecer sua presença neste espaço em meio aos conflitos ibéricos e, além disso, objetivar as riquezas pecuárias desta região, foi fundado o presídio Jesus-Maria-José no ano de 1737 após as tentativas fracassadas dos portugueses de se estabelecerem na Banda Oriental. Este presídio em nada se distinguia da organização espacial da Colônia do Sacramento, possuindo um porto e um pequeno núcleo de povoação fortificado. Esta instalação revela o caráter estratégico que a Coroa conferiu a este estabelecimento, inclusive atribuindo um governo militar específico, sendo subordinada à Capitania do Rio de Janeiro e Laguna⁶³.

O presídio Jesus-Maria-José, por sua vez, foi povoado por casais portugueses, muitos deles egressos do Rio de Janeiro e da própria Colônia do Sacramento. No entanto, percebemos que a partir deste momento os portugueses acharam necessário realizar a povoação do continente para não perder o gado que estava em disputa com a Coroa Espanhola. Porém, mesmo com a necessidade de povoar para manter a posse sob o gado, a apropriação da terra ainda não era vista como primordial, pois

durante os primeiros anos do povoado encontraremos inúmeras ordens, resoluções, editais que disciplinam o arreo do gado e as couramas, e praticamente um silêncio

⁶⁰OSÓRIO, 1990, p. 70.

⁶¹Idem, 1990.

⁶²SANTI, 2004. p. 20.

⁶³OSÓRIO, op. cit.

acerca da apropriação de terras, demonstrando que essa não era de primordial importância, no momento⁶⁴.

Este fato ainda será corroborado com a instalação de estâncias que ocorrerá em localidades que se encontravam nos arredores do presídio e também no atual município de São José do Norte, nomeadas de Torotama e Bojuru, respectivamente. Com isso, estas estâncias estarão voltadas exclusivamente para a finalidade de realizar a criação do gado vacum e cavalar para poder abastecer as tropas e beneficiar a Coroa portuguesa com as atividades mercantis. Existe essa preocupação pois o gado será o principal produto, neste início de colonização do Rio Grande, a sofrer a ação fiscal da Coroa portuguesa, que alertava inclusive para que os possuidores destes animais os marcassem, caso contrário seriam destinados para a Fazenda Real. Diante disso, “é o interesse na apropriação dos rebanhos que determina o surgimento das primeiras estâncias e o início da construção desse novo espaço”⁶⁵.

Contudo, ainda no tocante à apropriação de terras, deve-se ressaltar que será o fundador do presídio, José da Silva Paes, e também seus sucessores, que irão realizar as primeiras datas de terras aos arredores desta fortificação portuguesa. Nestas concessões realizadas, os beneficiados foram militares e casais do número⁶⁶. No entanto, os militares que pertenciam a cargos administrativos foram os mais privilegiados, sendo suas concessões de extensões de terra maiores e, em alguns casos, receberam até mais de uma data, o que era proibido nas determinações legais da colônia⁶⁷.

O processo de construção desse novo espaço mencionado será lento, inclusive se deve relevar que neste início de colonização, o Continente do Rio Grande de São Pedro possui população escassa para que pudessem ser feitas mudanças repentinamente. No entanto, na segunda metade do século XVIII as concepções acerca da apropriação do espaço meridional da colônia portuguesa irão sofrer alterações. Em um primeiro momento, percebemos que os animais eram os únicos objetos de apropriação pretendidos pela Coroa - que legitimou sua presença mais ao norte do Estado, nos Campos de Viamão e de Cima da Serra - uma vez que este era uma importante fonte de alimentação e o couro tornou-se um produto comercializável de enorme aceitação pelas metrópoles. No entanto, a realização das primeiras concessões de

⁶⁴OSÓRIO, 1990, p. 73.

⁶⁵Idem, 1990, p. 81.

⁶⁶Casais do número são os imigrantes originários do Arquipélago dos Açores –açorianos- que serão utilizados como alternativa para povoarem o território. Inicialmente foram mandados pela Coroa portuguesa para a Colônia do Santíssimo Sacramento, para que posteriormente fossem utilizados para povoarem o Continente do Rio Grande de São Pedro.

⁶⁷OSÓRIO, op. cit.

sesmarias e o próprio estabelecimento do presídio, serão fatores que nos proporcionarão apontar para a nova necessidade da Coroa portuguesa de povoar essas terras. Esta mudança no modo de apropriar-se da terra será clara pois

na primeira metade do século XVIII, o território rio-grandense foi incorporado de maneira inequívoca ao Império Português, na segunda metade, ocorreu a consolidação desta ocupação, marcada pelo aumento de sua importância e pelo abandono temporário das pretensões platinas⁶⁸.

Esta atitude se tornará mais evidente quando, no ano de 1751, a povoação de Rio Grande, o então presídio Jesus Maria José, será elevada à categoria de vila. A partir deste momento, os moradores de Rio Grande deixarão de estar submetidos ao domínio de Laguna, permanecendo somente sob o mando do Rio de Janeiro. A elevação de Rio Grande à categoria de Vila representará uma nova forma como os portugueses compreenderão este espaço, pois criar uma vila “contempla a mudança de estatuto jurídico com a implantação de uma câmara e a delimitação de sua jurisdição”⁶⁹. Portanto, criar um governo separado de Laguna no Rio Grande de São Pedro ocorreu em função de haver uma maior flexibilidade para que se pudesse administrar este espaço, devido o caráter hostil que permeava a fronteira meridional.

Na segunda metade do século XVIII, em meio à demarcação de limites que se pretende estabelecer fronteiras políticas e jurídicas entre as duas Coroas Ibéricas, se cristalizou em todo o espaço da Banda Oriental outra forma de apropriação de terra que estava organizada na grande propriedade que oportunizará o surgimento da atividade pecuária. Devido a isso, a migração açoriana no Continente do Rio Grande de São Pedro, que será outro meio de apropriação de terras utilizado pela Coroa Portuguesa, facilitou esse processo, que agora deslocava-se em direção ao oeste do Estado, porque

A migração açoriana não operou uma ruptura nesse processo de apropriação; antes, possibilitou sua expansão, pois acabou por fornecer homens ao exército e produtos de subsistência para o próprio espaço, através basicamente de mão-de-obra familiar, sendo esse contingente populacional alocado conforme os interesses estratégicos da metrópole⁷⁰.

⁶⁸KÜHN; COMISSOLI, 2013, p. 68.

⁶⁹Idem, 2013, p. 66.

⁷⁰OSÓRIO, 1990, p. 84.

Sendo assim, os imigrantes açorianos surgirão como agentes que auxiliarão o Império Ultramarino Português para que mantivesse a posse de suas terras em virtude dos acirrados conflitos com os espanhóis, pois também era-lhes imposto o recrutamento aos exércitos. Como forma de evidenciar o modo com que foram empregados os imigrantes no Continente de São Pedro, destacamos ainda o edital que foi aberto para a concessão de terras e ferramentas aos açorianos nos anos de 1748 e 1752, mas somente em 1770 serão concedidas as datas de terras. Desse modo, as condições do edital foram parcamente respeitadas, e muitos deles não receberam as ferramentas para o trabalho e as terras eram de menores dimensões do que havia sido proposto e, também, as mesmas encontravam-se em péssimas condições. Quando nos referimos que as terras se encontravam em péssimas condições, queremos que o leitor compreenda que esta se caracterizava enquanto um território com densas florestas e, com isso, haveria a necessidade de que ocorresse o processo de desflorestamento. Esta atividade tornava-se necessária, pois esses locais eram isolados de centros comerciais, sem acesso a estradas e, devido a isso, a mata acabaria tornando-se um problema. Além disso, devemos ressaltar também a dificuldade que ocorria para a realização da derrubada de árvores, devido às suas raízes profundas⁷¹. Contudo, a maioria dos imigrantes que receberam as terras já eram os filhos dos primeiros açorianos, que ainda foram determinados a realizar o cultivo de trigo entre outros cereais, para abastecer o exército. Os resultados dessas imposições foram os mais diversos, desde deserções até o ocultamento da colheita⁷².

No final do século XVIII também se assistirá a apropriação de novos territórios em decorrência da expedição de demarcação de limites do tratado de 1777, que permite maior conhecimento do espaço que se pretende demarcar e sua conseqüente apropriação. Neste período o território que será tomado posse pela Coroa portuguesa consiste nos “campos indecisos” entre os dois Impérios Ibéricos, que compreende o sul do rio Piratini, incluindo as margens do rio Jaguarão que terá um espaço específico no trabalho mais adiante, uma vez que em seu processo de posse pelos lusos encontramos agentes distintos das ocupações anteriores e, também, por ser o local onde concentra-se o foco deste estudo.

⁷¹Para saber mais sobre a exploração madeireira e como ocorria o processo de transformação da paisagem que mencionamos, ver: CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do sul-sudeste. In: *Ambiente e Sociedade* (Campinas), v. 11, p. 33-48, 2008.

⁷² OSÓRIO, 1990.

2.2 As formas de apropriação de terras e os mecanismos jurídicos e administrativos da Colônia portuguesa

No processo em que foi ocorrendo à apropriação de terras realizada pelos portugueses no Continente de São Pedro, foram diversos os mecanismos utilizados para auferir seus principais objetivos, que eram os de proteger o território dos espanhóis e, também, fazer o uso de seus recursos voltados ao caráter mercantilista. Com isso, surgiu a ideia da existência de um pacto colonial entre a metrópole e a colônia, em que todos os benefícios seriam trasladados para Portugal não restando outra alternativa para os colonos, que por sua vez, aceitariam de forma inerte esses acontecimentos.

No entanto, novos estudos tem ressaltado que, apesar da metrópole tentar extrair o máximo das riquezas de sua colônia, houveram mecanismos criados pela própria Coroa que serão utilizados pelos colonos para interferirem na política colonial. Além disso, deve-se ressaltar que desde a apropriação de terras no século XVIII, a Coroa portuguesa não conseguiu manter a organização de suas possessões no continente americano, seja ela jurídica ou política, pois serão vários meios que os súditos da Coroa irão granjear para obterem o acesso a terra.

As primeiras concessões de sesmarias no Continente do Rio Grande de São Pedro irão ocorrer no ano de 1732, porém, diferentemente do que aconteceu em outras Capitanias, as concessões que irão verificar-se no território meridional terão uma legislação específica. Dentre essas novidades estava à própria extensão das terras, que passaram de cinco para três léguas quadradas, e essas “mudanças ocorriam conforme os interesses da metrópole, muitas vezes em confronto com os colonos estabelecidos”⁷³. Contudo, essas doações de terras correspondiam a um instrumento que a Coroa portuguesa utilizou para a expansão de seus domínios, pois já estavam sendo empregadas em outras localidades.

As sesmarias são oriundas da própria metrópole, e tiveram origem na Idade Média em fins do século XIV, cujo objetivo era solucionar o problema de abastecimento que ocorria no país e colocar um fim na crise de gêneros alimentícios que enfrentavam. Logo, essas concessões visavam fazer com que as terras não permanecessem incultas, pois era obrigatório o cultivo dentro dessas possessões concedidas pela Coroa. Devido a isso, os problemas

⁷³OSÓRIO, 1990, p. 46.

enfrentados pela metrópole seriam resolvidos, mas caso não fosse cumprido o que era estipulado às mesmas doações poderiam ser revogadas.

Desta forma, as sesmarias serão a transposição de um instituto jurídico já existente em Portugal para as possessões brasileiras, e poderão ser consideradas como a primeira forma do ordenamento jurídico em relação às terras da Colônia. Por isso, as primeiras normas sob o estatuto do solo no período colonial que ocorrerão no Brasil, derivarão do fato deste ter sua especificidade em ser uma colônia portuguesa⁷⁴.

Contudo, ao relacionarmos à origem das sesmarias com o período medieval europeu e tentar transpor estes mesmos fundamentos para a colônia necessita-se ter cautela com essas afirmações. Cada região da colônia brasileira exigiu uma diferente forma de ordenamento jurídico na sua incorporação à Coroa lusa, que distinguia-se da situação europeia, existindo diferenças dentro da própria colônia lusitana na América. Um desses exemplos pode ser o nordeste brasileiro que foi ocupado pelos portugueses desde o século XVI, em que conheceu outra forma de apropriação e exploração que a região do Prata, que só foi conformada no século XVIII, não possuiu similaridade alguma. Logo, o “sistema de sesmarias em terras brasileiras teria se estabelecido não para resolver a questão do acesso a terra e de seu cultivo, mas para regularizar a própria colonização”⁷⁵. Outro diferencial tende a ser ressaltado em relação a este mecanismo de posse de terras entre a colônia e metrópole. Enquanto em Portugal as concessões de sesmarias foram incorporadas às Ordenações Filipinas e existia um cargo específico para solucionar demandas referentes a este assunto, denominado de sesmeiro, no Brasil a distribuição de sesmarias coube aos governadores e capitães-generais, e o sesmeiro seria designado como aquele que recebia qualquer porção de terra por sesmaria⁷⁶. Portanto, em meio a essas conjunturas em que existiam as distinções tanto entre Portugal e sua colônia, como no interior do próprio Brasil, convém destacar que na constituição do Império Português não existiu um modelo de projeto colonial já pré-estabelecido. Para justificar a expansão, vários elementos foram utilizados no decurso colonial, não havendo uma estratégia sistemática que abrangesse todo o Império até meados do séc. XVIII⁷⁷.

⁷⁴SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

⁷⁵MOTTA, Márcia. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. In: *Justiça & História*. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n.7, 2004. p. 5.

⁷⁶OSÓRIO, 1990.

⁷⁷HESAPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português – Revisão de alguns viesamentos correntes. In: FRAGOSO, João (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-188.

Para conseguir uma concessão de sesmaria no Continente do Rio Grande de São Pedro, o pretendente deveria encaminhar um requerimento ao governador de São Paulo, nas primeiras concessões, e posteriormente, para o governador Rio de Janeiro, e estes pediriam informações para a Câmara Municipal⁷⁸ e também ao Provedor da Junta Real da Fazenda. Até a vinda da Família Real para o Brasil, o Conselho Ultramarino também atuava nas distribuições de terras, entretanto, a partir de 1808 o Desembargo do Paço será o local para se encaminhar estes requerimentos⁷⁹.

Devido às sesmarias serem o primeiro ordenamento jurídico do solo colonial, foi criado certo mito em torno das mesmas como sendo esta forma de apropriação a fundadora de toda uma estrutura fundiária e também do direito de propriedade. Entretanto, no Continente do Rio Grande de São Pedro, existiram outras formas numericamente mais importantes de doações de terras que seriam “a concessão de datas aos imigrantes açorianos, as licenças (‘despachos’) dadas pelos governadores, a posse pura e simples, a compra e o arrendamento”⁸⁰.

Mas, para dispor do absoluto uso das sesmarias, também no Continente do Rio Grande de São Pedro essas concessões estavam condicionadas a encargos e trâmites administrativos que deveriam ser cumpridos pelos sesmeiros. Dentre estes estavam o cultivo e a demarcação das terras, e o seu descumprimento, em princípio, poderia provocar a devolução das terras concedidas para a Fazenda Real, o que não aconteceu na maioria dos fatos. Cabe destacar ainda, que nas sesmarias não é necessário pagar tributos⁸¹, pois a mesma é considerada uma propriedade privada, entretanto, ela não é plena e absoluta.

Conforme vai difundindo-se a apropriação de terras, o sistema fundiário brasileiro se encontrará em uma situação caótica, com os fazendeiros realizando uma enorme expansão

⁷⁸Os municípios são considerados um importante elo na administração colonial do Império Ultramarino Português. Incluso nesse meio estavam outros aparatos que influenciavam na dinâmica colonial, e um deles foi a Câmara. Esses espaços eram importantes, pois garantiam uma continuidade que governadores e outros funcionários não podiam assegurar, sendo considerada um pilar da sociedade colonial portuguesa. Entre suas funções estavam supervisionar a distribuição de terras, coleta de impostos, obras públicas, entre outros. Mas, ao mesmo tempo em que possuía poder para confrontar a política da metrópole, este era um espaço de nepotismo, corrupção e desvio de fundos da municipalidade, e eram constituídas, até certo ponto, pelas elites coloniais. Para saber mais: BOXER, Charles R. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. In: _____. *O Império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 286-308.

⁷⁹OSÓRIO, 1990.

⁸⁰OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. In: *XIV Congresso Internacional de Historia Agrária*, 2013, Badajoz. p. 2.

⁸¹No Rio Grande a cobrança de tarifas sobre as sesmarias ocorreu somente no governo de Marcelino Figueiredo com o edital de 1773, porém, em 1780 muitos sesmeiros deixaram de pagar esses tributos alegando em prol de todos os serviços que estes já haviam prestado para a Coroa. Ver mais: OSÓRIO, 1990.

territorial, devido os limites não serem demarcados, além de obrigações referentes ao cultivo não serem seguidas pelos colonos. Em virtude disso, a Coroa tentará através de inúmeros editais regularizar esta situação, por exemplo, limitando a extensão e o arrendamento das terras. No entanto, em 1780 no Rio Grande já serão percebidas inúmeras terras sendo arrendadas pelos posseiros⁸². Serão considerados por parte da historiografia três os grandes problemas enfrentados pela Coroa no tocante as sesmarias:

O primeiro era que a implantação de um instituto jurídico, criado para promover o cultivo, era utilizado para assegurar a colonização. Nas terras coloniais, a questão não se resumia à necessidade de aproveitamento das terras, mas implicava fundamentalmente ocupar e explorar estas terras, dominá-las enquanto área colonial. Em segundo lugar, a obrigatoriedade e o incentivo ao cultivo estimulavam o crescimento de categorias sociais estranhas aos sesmeiros. Muitos deles, por exemplo, preferiram arrendar suas terras ou parte delas a arrendatários que, muitas vezes, sublocavam parcelas de terras a pequenos lavradores. A delegação de poder que acompanhava a prática dos grandes arrendamentos não só permitia o surgimento de uma nova categoria social - o grande arrendatário – como colocava obstáculos ao trabalho da Coroa de verificar o cumprimento da exigência do cultivo e da demarcação de terras. Em terceiro lugar, a incapacidade da Coroa de efetivamente controlar o cumprimento de suas exigências estimulava o crescimento da figura do posseiro, ou seja, aquele que se apossava de terras, pretensa ou realmente devolutas⁸³.

Com todas essas contrariedades apontadas no momento de fixação da Coroa Portuguesa em sua colônia, cabe ressaltar que não somente se verificará o surgimento de novos atores, como também de apropriação da terra. De acordo com um estudo em que foi utilizada a *Relação de moradores que tem campos e animais no Continente*⁸⁴, “pouco mais de um terço das terras tinham sido apossadas através de desembolsos monetários: compra, arrematação ou arrendamento”⁸⁵. Isto pode derivar do fato de o inimigo estar cada vez menos presente, ou seja, com a eliminação do inimigo o território irá se abrir para a conquista. Outro fator seria o fato de que, nas áreas de ocupação mais antiga havia poucos espaços para serem povoados, restando somente os locais de fronteira considerados hostis, com isso o pretendente de povoar e cultivar a terra encontrava-se diante da situação de ter de pagar para arrendar, caso contrário teriam de migrar para a fronteira.

⁸²OSÓRIO, 1990.

⁸³MOTTA, 2004, p. 6.

⁸⁴Esta relação foi mandada ser feita pelo Vice-Rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza no ano de 1784, com o objetivo de conhecer a real situação da distribuição de terras no território meridional. As razões que levaram para que o Vice-rei ordenasse tal procedimento, ocorreu por causa da grande desordem que se encontrava a situação fundiária no Continente. Ver mais: OSÓRIO, 2013.

⁸⁵OSÓRIO, 2013, p. 15.

Mas nesse emaranhado jogo que encontrou-se a terra no período colonial, temos de ressaltar que mesmo para ocorrer a compra, arrendamento e/ou arrematação, se faz necessário do solo ter sido concedido. Estas concessões geralmente eram destinadas aos oficiais ligados à cargos administrativos, pois a organização militar será considerada uma casta privilegiada, que além de receber distinções possui “poderes para se esquivar à justiça, a ela [é] confiada a tarefa de compelir os recalcitrantes ao pagamento de tributos, quintos e contribuições”⁸⁶. Porém, ao fazerem o requerimento da sesmaria, os militares usarão todo o prestígio que possuem com a Coroa, buscando sempre lembrar todos os auxílios e serviços que foram prestados, sejam em períodos de guerras ou os auxílios financeiros no decorrer da expansão, fazendo com que a Coroa deferisse seus pedidos. Essas doações ficaram conhecidas como mercês, e será uma importante peça política na conformação do espaço colonial. Logo, este mecanismo econômico, em que um extrato da sociedade irá se apropriar de forma particular do excedente social, será denominado de *economia do bem comum* e *economia política de privilégios*⁸⁷.

Este modelo político e econômico baseava-se no princípio de que somente alguns “eleitos” se apropriariam em regime de exclusividade dos rendimentos de todos os segmentos da produção social. Ao falarmos em eleitos, nos referimos à elite colonial que monopolizava os principais cargos e ofícios, e que irá fomentar o surgimento de uma hierarquia social extremamente excludente. Estas concessões de honras e privilégios pelo rei significava o esforço da monarquia em controlar a representação dos indivíduos e das ordens na sociedade, demarcando as hierarquias e a estrutura social. Sendo assim, a “*economia política de privilégios* deve ser pensada enquanto cadeias de negociação e redes pessoais e institucionais de poder que, interligadas, viabilizavam o acesso a cargos e a um estatuto político –ser cidadão [...]”⁸⁸. Com todo este aparato, o Império ganharia poder para garantir a governabilidade da colônia.

No Continente do Rio Grande de São Pedro, o exemplo dessa política de privilégios imposta pela Coroa portuguesa será observado na formação do nicho familiar de Francisco de Brito Peixoto e José Pinto Bandeira. O primeiro deles será o fundador de Laguna e o outro um importante militar que prestará serviços para a Coroa nas campanhas contra os espanhóis.

⁸⁶FAORO, Raymundo. Traços gerais da organização administrativa, social, e econômica e financeira da colônia. In: _____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008. p. 223.

⁸⁷FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império. In: *Penelope: fazer e desfazer a história*, 2000, Oeiras, v. 23.

⁸⁸Idem, 2000, p. 79.

Como a economia de privilégios era pautada em rede de relações, a junção de famílias através do matrimônio era visto como estratégia para exercer poder no território, em virtude disso, uma das filhas do fundador de Laguna se casará com José Pinto Bandeira, dando início a uma linhagem que será de grande representatividade no período colonial do Rio Grande⁸⁹.

Com a incursão das bandeiras portuguesas no extremo sul, Francisco de Brito Peixoto, percebendo as oportunidades que teria em Rio Grande de São Pedro, será um dos primeiros a ter terras concedidas neste espaço. Como consequência disso, o nicho familiar de Brito Peixoto e Pinto Bandeira conseguirá realizar um acúmulo de bens enorme no período de conquista e defesa do território, reiterando posteriormente toda sua importância nas atividades para com a Coroa visando manter-se na elite. Esta linhagem terá seu ápice com Rafael Pinto Bandeira, que chegará a governar a capitania em duas ocasiões, mantendo em andamento os mecanismos do Império Português, pois esses períodos foram “importantes para garantir a política de concessão fundiária promovida para seus aliados, além de aumentar a concentração de recursos na mão do líder do grupo, que servia de suporte para garantir recursos para todo o clã, inclusive o medo e o respeito públicos”⁹⁰.

Apesar da existência destes aparelhos de concessão de privilégios no período colonial, tende a ser destacado que para conseguir aquisição de terras na capitania de Rio Grande, terão outros meios de grande relevância que se farão presentes em meados do século XVIII, que é a posse e os despachos do governador. Os despachos realizados pelo governador, de acordo com o estudo pautado na *Relação de moradores que tem campos e animais no Continente*⁹¹, nos demonstra que esta forma de apropriação que foi realizada no governo de Marcelino de Figueiredo em 1780, fez uma ampla distribuição de terras com o intuito de regularizar a posse dos campos ocupados com o tratado de 1777.

Já as posses merecem um comentário mais pormenorizado, pois em decorrência deste fato, ocorrerão disputas entre a própria Coroa e os sesmeiros, pois a Coroa Lusitana não podia deixar de ignorar que os colonos estavam se apossando de terras limítrofes a suas sesmarias. Em virtude disso, a posse se tornará uma prática recorrente que encontrará na Lei da Boa

⁸⁹HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 265-310.

⁹⁰Idem, 2007, p. 309.

⁹¹OSÓRIO, 2013.

Razão, do ano de 1769, o seu reconhecimento enquanto forma de apropriação, pois este regulamento leva em consideração o cultivo e a própria antiguidade da ocupação⁹².

Posse e concessão de sesmarias são as duas formas básicas de apropriação da terra na conformação do espaço rio-grandense. Em ambas prevaleceu a força social de militares e de pessoas vinculadas à administração colonial, no sentido de apropriarem-se de extensões muito superiores às suas possibilidades de aproveitamento⁹³.

Neste sentido, a posse de terras também se tornará em um dos problemas a ser enfrentado pela Coroa Portuguesa na configuração do espaço platino. Isto se agravará com a Independência do Brasil no ano de 1822, pois isso resultará no fim do regime de concessões de sesmarias. No entanto, não serão apresentadas alternativas que consigam suprir a necessidade de regularizar o sistema fundiário, por isso, de 1822 até o ano de 1850 a posse será o único meio de apropriação de terras vigente no Brasil. Esta situação só será ordenada com a Lei de Terras decretada no ano de 1850, que regularizará outros ordenamentos de apropriação de terra. No entanto, as posses que ocorreram no período colonial serão regulamentadas, havendo algumas exceções como ter o pleno direito de uso da propriedade, mas ficando proibido de proceder à venda.

2.3 Alguns apontamentos sobre a apropriação de terras na margem norte do rio Jaguarão

Nesta parte do trabalho focaremos exclusivamente nos procedimentos de ocupação das terras da margem norte do rio Jaguarão, que se enquadra no processo de expansão lusitana após o Tratado de demarcação de limites de 1777, o de Santo Ildefonso. Apesar dos estudos sobre esta temática na área em que se pretende investigar sejam escassos, mesmo que de forma sucinta, buscaremos reunir estas informações e trazer conhecimentos adicionais para que possamos pensar esta região. A posse de territórios neste espaço torna-se distinta, pois encontraremos uma ocupação diferenciada em relação aos personagens que darão início a esta

⁹²MOTTA, 2004.

⁹³OSÓRIO, 1990, p. 63.

atividade de apropriação para os lusitanos, inclusive o tratamento da Coroa para com estes indivíduos.

A expedição de demarcação dos limites do tratado de 1777 entre portugueses e espanhóis só fora começar com as respectivas representações de ambas as Coroas sete anos após, em 1784. No entanto, esta atividade foi paralisada já em 1788, devido aos dois Impérios não chegarem a conclusões sob a que raia pertencia o espaço em disputa, em consequência do desconhecimento dos territórios a serem demarcados, pois os mapas que traçavam nas Cortes eram de difícil adaptação à realidade das terras que queriam povoar⁹⁴, com isso estas terras seriam consideradas neutras diante desta situação.

Contudo, os súditos da Coroa portuguesa irão continuar o avanço pelos campos tirando proveito de que as condições de indefinição e neutralidade proporcionavam àquele espaço a diminuta presença militar espanhola. Estas pessoas seriam consideradas pelo Império português de “intrusos”, fato que será explorado no prosseguimento do trabalho.

A faixa territorial que compreende a margem norte do Jaguarão fora apontada como sendo esta povoada inicialmente de modo informal, competindo à Coroa realizar concessões de sesmarias somente a partir de 1810⁹⁵. No entanto, em pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul encontramos documentos de concessões de sesmarias já no ano de 1790, como a de Vasco Pinto Bandeira⁹⁶ que fazia limites com o Arroio Chasqueiro, hoje localizado na cidade de Arroio Grande.

Em contrapartida à expansão lusa, a Coroa hispânica irá instalar guardas ao norte do rio Jaguarão com o objetivo de impedir o expansionismo português⁹⁷. Porém os portugueses não irão interromper sua frente de expansão, uma vez que percebera que a Coroa espanhola ainda possuía insuficiente presença na área. No ano de 1795 os portugueses irão fundar a Guarda do Eral⁹⁸ e em 1798 se instalarão em definitivo onde hoje corresponde a Arroio

⁹⁴OSÓRIO, 1990.

⁹⁵GULARTE, 2010.

⁹⁶Requerimento de Vasco Pinto Bandeira. AHRS- Fundo Sesmarias. Maço 03,caixa 01.

⁹⁷De acordo com a bibliografia consultada, serão quatro guardas que os espanhóis irão instalar em meio aos conflitos com os portugueses na margem norte do rio Jaguarão. No entanto, supomos que as localizações destas são imprecisas, devido à convergência das fontes utilizadas na bibliografia que fora consultada. Ver: FRANCO, 1980.

⁹⁸Através das fontes consultadas se têm notícia deste estabelecimento inclusive na guerra de 1801, que fora utilizada pelos portugueses como local de abrigo. Correspondência de Manuel Marques de Souza ao governador Fernando Roscio, 10/12/1801. AHRS- Fundo Autoridades Militares, Maço 1.

Grande⁹⁹. A ocupação dos campos neutros fica evidente na correspondência de Manoel Marques de Souza, Comandante da Fronteira do Rio Grande, com o governador da capitania:

Meu senhor antes de ontem recebi dois Officios de V. S^a. dactados de 18 de Outubro; os quais em Suma me constituem na obrigação de fazer estabelecer, sem perca de tempo, mais algumas goardas avansadas nas extremidades do terreno neutro, que confrontem com aquelas que os Espanhoes tem estabelecido no mesmo terreno pendente das Superiores Rezoluçoins; assim como colocar na Lagoa de Merim algumas Corsarias das maiores forças ás que tem nela os Espanhoes; em quanto ali conservarem ás suas¹⁰⁰.

Para justificar este avanço português encontramos explicações apontadas pela historiografia¹⁰¹. Uma delas decorreria do Edital de 1780 organizado no governo de Marcelino Figueiredo, que tratou de regularizar a posse das terras entre os rios Jacuí e Piratini, porém os mais beneficiados foram aqueles que tinham situação privilegiada frente a Coroa. Em decorrência disso, houve uma enorme concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, e isso acarretou na necessidade de os súditos portugueses possuírem mais campos para cultivar. Com o fim da Guerra de 1801, é crescente a migração de pessoas para as terras recém “conquistadas”, como nos demonstra a correspondência do Comandante da fronteira Manoel Marques de Souza:

Queira [ilegível] participar ao Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr Gen^{al} Gov^{or} que o Cap^m Com^{te} da gd^a Armada do Serrito participa estarem muitas pessoas povoando o campo reivindicado na occaz^m da guerra em toda a extensão do Rio Jagoarão. Sobre este assumpto espero que S. Ex^a me determine aq^e devo executar [...]¹⁰².

No entanto, e como já fora apontado no trabalho, o gado era a riqueza mais desejada pela Coroa. Com isso, as arreadas dos gados selvagens que estavam vagando entre os rios Jaguarão e Piratini, inclusive os da Banda Oriental, também serão considerados um dos fatores que contribuiram para a vinda dos súditos da Coroa portuguesa, uma vez que estes serão usados para abastecer a atividade charqueadora que terá grande proeminência nessa região¹⁰³. Além disso, é de se destacar que os períodos de guerra serão os mais utilizados para

⁹⁹FRANCO, 1980.

¹⁰⁰Correspondência de Manoel Marques de Sousa ao governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, 26/10/1795. AHRS- Fundo Autoridades Militares, Maço 01.

¹⁰¹GULARTE, 2010.

¹⁰²Correspondência de Manuel Marques de Souza ao governador Paulo Gama, 06/07/1803. AHRS- Fundo Autoridades Militares, Maço 04.

¹⁰³OSÓRIO, 1990.

a realização de tal prática¹⁰⁴. De acordo com a correspondência encontrada, podemos perceber que esta atividade realmente persistia, pois era constante a reclamação do Comandante de Serro Largo as autoridades portuguesas de que seus súditos estavam roubando animais:

Junto a esta achará V. S. terceira reclamação que faz o Marquez de Sobre Monte a respeito da arreada q se fez de 294 Cavalos Reyunos e quinze mil Rezes depois da Paz. Pello q vejo do dito Officio esta persuadido q huã Partida nossa Comandada pelo Cap^m Adolfo fizera a tal arreada. Pellas respostas que me tem dado o Ten^e Cor^l Patricio estou tão bem persuadido q ele totalm^{te} ignora a entrada de tal n^o de animaes ou esta desposto a querer occultar¹⁰⁵.

Em virtude dessas ações, cabe ressaltar ainda que este espaço, por ser fronteiro, era um território completamente permeável e ocorria o contínuo trânsito de bens e pessoas. Para comprovar esta afirmação, encontramos na mesma correspondência, reclamações agora das autoridades portuguesas de escravos que estavam indo em direção aos domínios espanhóis: “O que sinto, se for assim a sua detreminação, hé a má fé em que se hande por os Hespanhoes em não restituirem mais os nossos escravos q continuarem a fogir [...]”¹⁰⁶.

Mas em todo este processo de apropriação de terras, cabe ressaltar a figura de um agente que também se fará presente e que despertará ações contrárias da Coroa, que são os “intrusos”. Estes, por sua vez, são consideradas os que ocupavam a terra e não possuíam título legítimo de propriedade¹⁰⁷.

Estes indivíduos receberão um tratamento diferenciado da Coroa portuguesa, que tentará expulsá-los posteriormente, o que não será uma tarefa fácil pois envolverá inúmeros conflitos. Mas uma situação é curiosa em relação a estes intrusos. O governo irá conceder permissos para estes ocuparem a terra, no entanto, não irão conceder o título de propriedade do solo. Logo, torna-se compreensível afirmar que estes foram utilizados pela Coroa para suprirem as necessidades de angariar mais territórios para a metrópole, pois ao mesmo tempo em que os portugueses não concediam a propriedade, influenciavam a posse¹⁰⁸. Um desses casos é o do Tenente João Setim, que no governo de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da

¹⁰⁴OSÓRIO, 2007.

¹⁰⁵Correspondência de Manoel Marques de Souza ao governador Francisco Roscio, 16/01/1802. AHRS- Fundo Autoridades Militares, Maço 02.

¹⁰⁶Idem, AHRS- Fundo Autoridades Militares, Maço 02.

¹⁰⁷GULARTE, 2010.

¹⁰⁸Idem, 2010.

Camara, em 1796 conseguiu “o permissão de poder povoar o Campo indecizo aq domínio pertencerá, e que o Supl^e pretende agora obter”¹⁰⁹.

Mas ao não receberem o título de propriedade, em um curto prazo eles poderiam ser despejados. Porém, como de costume no período, este despejo ocorreria de acordo com a posição de cada um na esfera política colonial. Em virtude disso, mesmo com Helen Osório tendo observado estes aspectos de forma ampla para toda a região de fronteira, serão os soldados rasos que mais sofrerão despejos¹¹⁰.

Um exemplo desta situação está na expulsão do soldado José da Almeida que havia servido nos Dragões voluntariamente por 19 anos, em decorrência disso fixou-se entre os rios Jaguarão e Juncal. Porém, pouco tempo após ter se estabelecido, o Comandante da Guarda do Serrito mandou demolir o seu estabelecimento e as demais instalações que havia feito. Mesmo tendo protestado por tal atitude, o Comandante da fronteira do Rio Grande não se opôs a ação do comandante da Guarda, argumentando que os campos em que o soldado estava instalado eram onde ficava a Cavalhada da Legião¹¹¹. No entanto, nem todos os casos terão o mesmo desfecho¹¹², e ocorrerão outros inúmeros conflitos que terão como pano de fundo o domínio da terra.

Cabe ressaltar que haverão políticas que buscarão regularizar a situação das terras (como em 1809 quando a Capitania do Rio Grande deixa de ser subordinada à do Rio de Janeiro), no entanto a maioria delas serão ineficazes. Com isso, até o término da concessão de sesmarias em 1822, a maioria dos que solicitarão estes requerimentos serão os intrusos que buscarão regularizar a posse das terras e os oficiais militares que continuarão tentando cooptar territórios¹¹³.

¹⁰⁹Correspondência de Manuel Marques de Souza ao governador Paulo Gama, 28/05/1805. AHRS- Fundo Autoridades Militares, Maço 8.

¹¹⁰OSÓRIO, 1990.

¹¹¹FRANCO, 1980.

¹¹²Joaquim Manuel da Porciúncula, indivíduo que não era um oficial militar, requereu concessão de sesmaria somente no ano de 1813, porém já ocupava estas terras há dez anos, ou seja, era considerado um “intruso”. Quando fez o requerimento, o capitão da Legião Antônio Pereira Marques se opôs ao seu pedido, alegando que a demanda de Joaquim Manuel da Porciúncula prejudicaria o seu arranchamento, no qual estava estabelecido desde o ano de 1806 com o consentimento do Sargento Major Vasco Pinto Bandeira, que era o comandante da guarda naquele momento. No entanto, quem obteve êxito na disputa foi Joaquim Manuel da Porciúncula. Para saber mais, ver: GULARTE, 2010.

¹¹³GULARTE, 2010.

CAPÍTULO 3

AS UNIDADES PRODUTIVAS RURAIS NA MARGEM NORTE DO RIO JAGUARÃO: UM ESTUDO DE CASO

Ao estudarmos a margem norte do rio Jaguarão, percebemos que a história do mundo rural nesta área ainda é parcamente investigada pela historiografia. Até então, havia somente um estudo que abordava de forma concisa o surgimento da atividade pecuária e da agricultura¹¹⁴. No entanto, surgem novas abordagens que, a partir de então, darão ênfase a esta região que nos dedicaremos nesta análise¹¹⁵.

Para colaborar com o conhecimento das atividades do mundo rural nesta região de fronteira, realizamos um estudo de caso sobre três unidades produtivas rurais que a bibliografia consultada, sendo esta a responsável, até então, pelo pouco conhecimento do meio rural da margem norte do rio Jaguarão, nos apontava enquanto estabelecimentos de grande proeminência no desenvolvimento dessas atividades e que nos gerou profundo interesse. Cabe ressaltar que esse destaque que conferimos a estas unidades produtivas rurais surgiu pelo fato do autor não problematizar as mesmas, apenas joga dados que foram colhidos de inventários post mortem¹¹⁶. Em virtude disso, os proprietários dos três estabelecimentos que serão nosso foco de estudo eram, a saber: Vasco Pinto Bandeira, José Pereira da Fonseca e Joaquim Manuel da Porciúncula.

Vasco Pinto Bandeira era sargento-major da Legião e fora o comandante da Guarda do Serrito de 1802 até 1806, ano em que faleceu ainda no posto em que havia sido designado. Além disso, posto esse que lhe beneficiará para o desenvolvimento das atividades pecuárias, em virtude da posição elevada que o mesmo ocupava neste espaço, em decorrência também, da função basilar que os militares exerciam na sociedade colonial. No entanto, desde 1790 já desempenhava atividades econômicas voltadas para o meio rural e era dono de uma sesmaria na região em análise. Por sua vez, José Pereira da Fonseca era originário de Portugal que veio para a colônia e desenvolveu diversas atividades, sejam elas militares (Comandante da guarda de Arredondo na primeira intervenção armada na Cisplatina) ou agrárias, sendo dono de

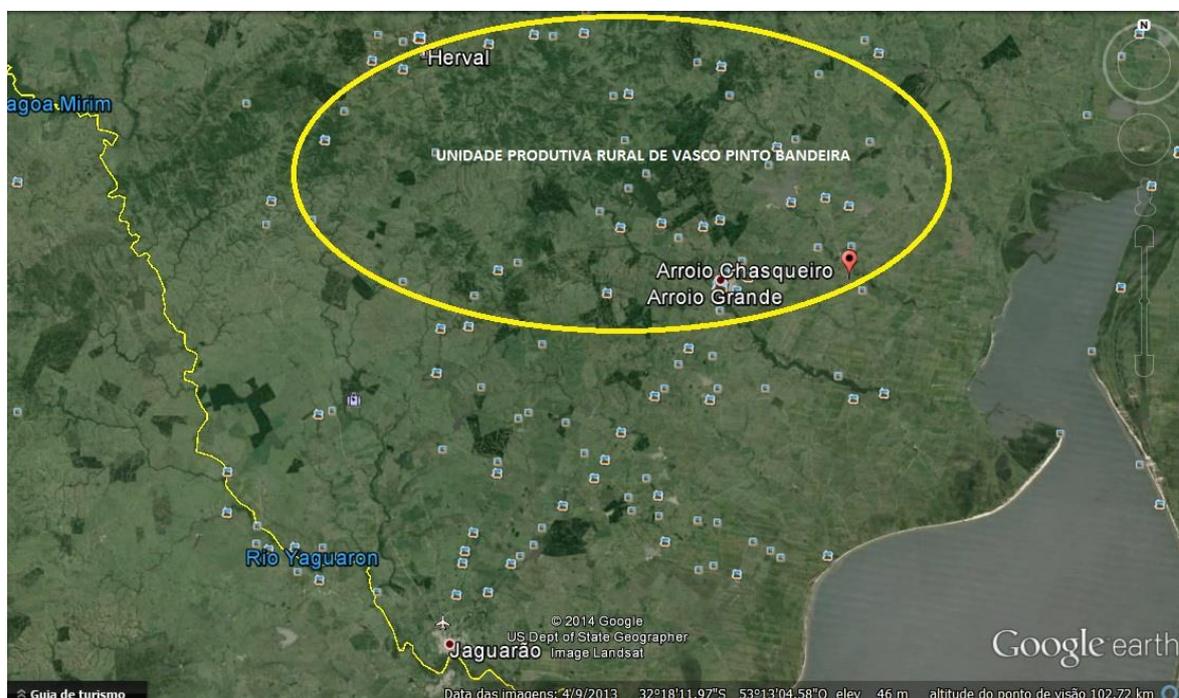
¹¹⁴FRANCO, 1980.

¹¹⁵GULARTE, Gustavo da Silva. Estabelecimentos Rurais e trabalho escravo na fronteira do Jaguarão, 1802-1834. In: *Encontro Estadual de História*, nº 12, 2014, São Leopoldo. Anais Eletrônicos.

¹¹⁶FRANCO, op. cit.

campos nesta área estudada desde 1812¹¹⁷. Por fim, Joaquim Manuel da Porciúncula, que não era um oficial militar, mas um habitante normal que estava ocupando terras nesta região desde 1803. Contudo, somente em 1813 que conseguirá efetivar sua ocupação através da concessão de sesmaria que fora realizada¹¹⁸. Mesmo assim já desenvolvia atividades nos campos requeridos, conforme é alegado pelo mesmo no requerimento formalizado para a conquista da posse das terras que ocupava.

Baseado nestes requerimentos de sesmarias e confrontando com as informações dos inventários analisados destes três proprietários de estabelecimentos rurais, realizamos a suposta localização dessas unidades produtivas. Cabe ressaltar que o lugar que estará envolto a um círculo amarelo aponta para o possível espaço que se encontrariam estes estabelecimentos rurais, não significando que todo este pertencia ao proprietário e seu estabelecimento rural. Note-se também, que os arroios denominados e ressaltados nos mapas eram os limites apontados nas cartas de sesmarias de cada donatário do estabelecimento rural. Além disso, todas estas unidades estavam localizadas entre os municípios que integravam Jaguarão.



Fonte: Google Earth

FIGURA 4 – Suposta localização da unidade produtiva rural de Vasco Pinto Bandeira

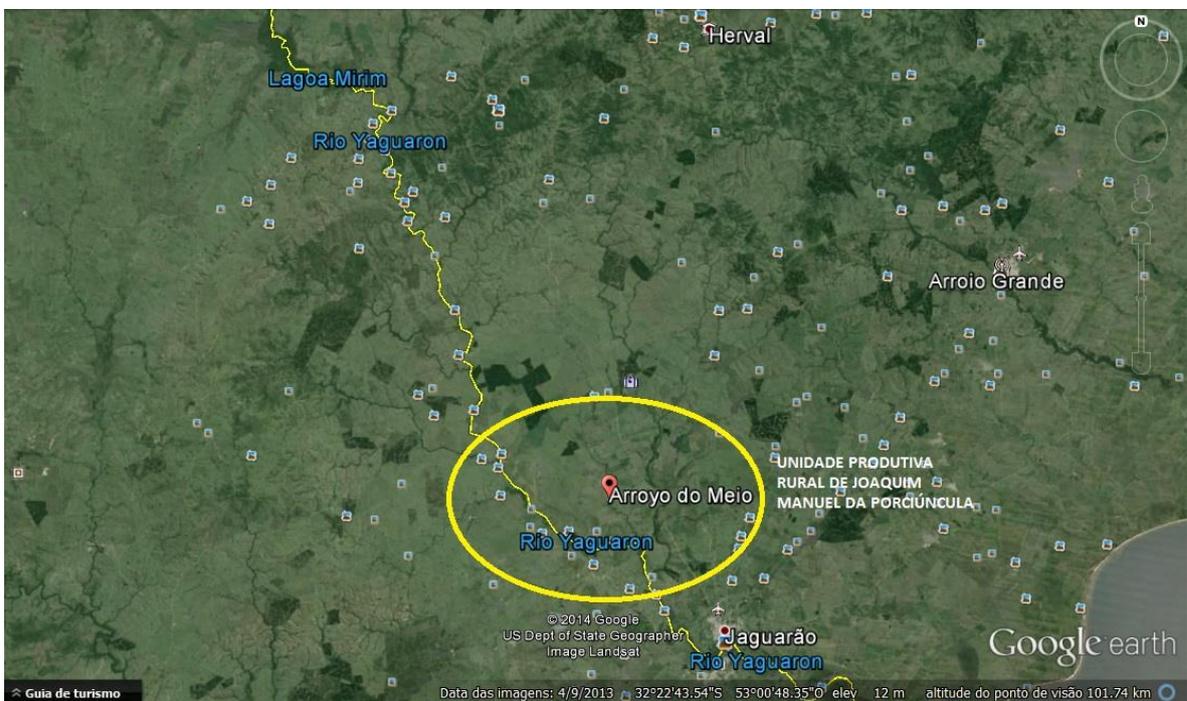
¹¹⁷ Requerimento de José Pereira da Fonseca. AHRS- Fundo Sesmarias. Maço 22, caixa 07.

¹¹⁸ Requerimento de Joaquim Manuel da Porciúncula. AHRS- Fundo Sesmarias. Maço 61, caixa 23.



Fonte: Google Maps

FIGURA 5 – Suposta localização da unidade produtiva rural de José Pereira da Fonseca



Fonte: Google Earth

FIGURA 6 – Suposta localização da unidade produtiva Rural de Joaquim Manuel da Porciúncula

Para compreendermos a estrutura desses estabelecimentos rurais utilizamos como fonte principal os inventários *post mortem* dos três proprietários mencionados. Com isso, podemos afirmar que estas três unidades produtivas rurais se distinguem quanto ao seu principal patrimônio produtivo. No entanto, devemos ressaltar a importância que a terra irá ocupar nesses três ambientes estudados, pois apesar de não explorarmos este bem em um espaço específico, torna-se relevante esta exposição. A partir da análise destas posses dos indivíduos mencionados, notamos que ao realizar a soma destes em sua totalidade, a terra se torna o principal patrimônio financeiro dos proprietários desses estabelecimentos, representando 39% destes recursos.

A oscilação que encontramos nestas três unidades produtivas em relação a bens como animais, escravos e ferramentas, não nos deparamos no tocante a terra. Vasco Pinto Bandeira, de um patrimônio total avaliado em 11:000\$400 possui deste, 2:400\$000 inventariados aos bens de raiz do meio rural, que será menor somente se comparados aos valores dos animais¹¹⁹. Já para José Pereira da Fonseca, que possui uma herança calculada em 15:263\$560, destes, 4:171\$000 são arrolados entre os bens de raiz, ficando atrás apenas de seu contingente de escravos¹²⁰. A notoriedade desse bem se fará ainda mais presente no inventário de Joaquim Manuel da Porciúncula, que possuirá seus bens avaliados em 19:865\$780 e, mais da metade deles serão destinados aos bens de raiz da área rural, como terrenos, casas, sesmaria, e que chegará a incrível cifra de 11:610\$000¹²¹.

Sabemos que por ser um estudo em que estão envolvidos somente três estabelecimentos rurais da região e que não nos possibilitam uma visão ampla dessas unidades produtivas na área que estamos investigando, devemos ter cautela para com as comparações que realizaremos, de modo com que não perca o sentido do que nos propomos estudar, ao tentar comparar nosso trabalho com outros que foram realizados de uma forma mais abrangente, levando em consideração o aspecto macro da região que se propuseram a analisar. Não obstante, um estudo que foi realizado por Helen Osório corroboramos com a assertiva da autora, em que dos 541 inventários analisados por ela e que correspondia a todo território do Continente do Rio Grande de São Pedro, a terra ocupou 36,5% do patrimônio produtivo, opondo-se à visão de que a terra era de pouco valor no mundo colonial português¹²². Além disso, devemos ressaltar que o trabalho de Gustavo Gularte, que ainda está em andamento, ao

¹¹⁹Inventário de Vasco Pinto Bandeira. APERS, 2º Cartório do Cível de Rio Grande, 1807.

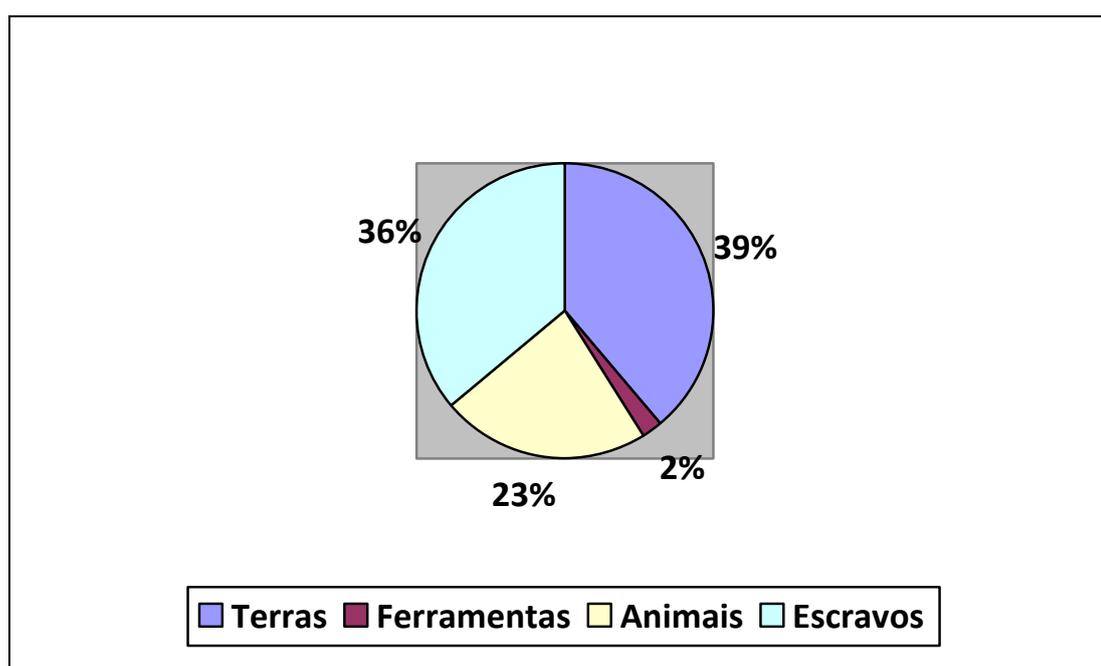
¹²⁰Inventário de José Pereira da Fonseca. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1819.

¹²¹Inventário de Joaquim Manuel da Porciúncula. APERS, Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1832.

¹²²OSÓRIO, 2007.

analisar 78 inventários desta região chegou a conclusão de que haveria um baixo percentual dos bens destinados a terra (24%) se comparados ao estudo de Helen Osório, principalmente nas duas primeiras décadas do século XIX e, com isso, os animais seriam o principal patrimônio rural¹²³. No trabalho realizado por Farinatti, com foco no município de Alegrete, os animais também serão o principal patrimônio produtivo desses estabelecimentos rurais e, somente nas décadas de 1840 e 1850 que os bens de raiz rurais passarão à frente¹²⁴. Contudo, mesmo havendo quase uma unanimidade de que os animais compunham o principal patrimônio rural no início do século XIX, no cenário aqui analisado as terras serão o principal meio financeiro destes proprietários rurais, que ainda terá a participação de outros bens.

FIGURA 7 – Participação dos bens no patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais



Fonte: 3 inventários *post mortem*. Rio Grande: 2º Cartório Cível (1807). Pelotas: Cartório da Provedoria (1819). Jaguarão: Cartório de Órfãos e Ausentes (1832). APERS.

¹²³GULARTE, 2014, p.2.

¹²⁴FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

Ainda em relação ao arrolamento dos bens encontrados nestes três estabelecimentos, posteriormente irá se sobressair a mão de obra escrava (36%), presente nas três unidades produtivas e que irá certificar que esta forma era o principal meio utilizado para o desenvolvimento da atividade pecuária e agrícola. Completarão os bens destes estabelecimentos rurais os animais (23%) e, posteriormente as ferramentas (2%). Nosso próximo passo será analisar, pontualmente, o modo que se organizavam esses estabelecimentos rurais e a sua produção interna, de acordo com esses itens que acabaram de ser citados.

2.1 O funcionamento das unidades produtivas rurais: a pecuária, agricultura e mão de obra

De grande prestígio no período colonial, os animais também irão desempenhar importante função nas unidades produtivas rurais analisadas, no entanto, não haverá grande destaque se levarmos em consideração o imaginário que se possui de uma fronteira com o predomínio do grande latifúndio. Mas, nas primeiras décadas do século XIX assistimos no Continente do Rio Grande de São Pedro o período fértil da pecuária, proporcionado pela incorporação de territórios que acontece conforme irá se solidificando a frente de expansão lusitana¹²⁵.

Em trabalho que ainda está em fase de elaboração, já é apontado a diversidade de rebanhos existente no início do século XIX para esta região estudada, que presenciará com o decorrer de 1820 um aumento considerável do rebanho vacum¹²⁶. Vejamos abaixo a participação dos diferentes tipos de animais nos rebanhos dos estabelecimento rurais analisados, assim como o valor que estes rebanhos representavam no patrimônio dos proprietários.

¹²⁵FARINATTI, 2010.

¹²⁶GULARTE, 2014.

TABELA 1 – Espécies de animais integrantes do rebanho total

	Vasco Pinto Bandeira (1807)		José Pereira da Fonseca (1819)		Joaquim Manuel da Porciúncula (1832)	
Espécie	Quantidade de Animais	Valor	Quantidade de Animais	Valor	Quantidade de Animais	Valor
Bovinos	4040	3:264\$000	23	80\$120	1203	3:634\$200
Equinos	927	921\$920	14	15\$600	307	370\$780
Muares	668	2:186\$000	07	9\$000	--	--
Ovinos	--	--	54	146\$000	210	100\$800
TOTAL		6:371\$920		250\$720		4:105\$780

Fonte: 3 inventários *post mortem*. Rio Grande: 2º Cartório Cível (1807). Pelotas: Cartório da Provedoria (1819). Jaguarão: Cartório de Órfãos e Ausentes (1832). APERS.

De acordo com esta amostra de dados, o estabelecimento rural que possuía sua maior riqueza concentrada nos animais pertencia a Vasco Pinto Bandeira, e isto poderia ser proporcionado pelo posto que o mesmo ocupava nesta região de fronteira que, nas diversas incursões à Banda Oriental, proporcionava a realização de arreadas de gado para o Brasil, uma vez que a conjuntura de guerra facilitava o acesso a estes animais. Isto pode ser notado, ao encontrarmos em toda dimensão do rebanho *vacum* de Vasco Pinto Bandeira apenas 30 reses mansas, sendo que uma das imposições feitas pela Coroa portuguesa nos regulamentos de criação de animais era de que os estancieiros amansassem seus gados¹²⁷, caso contrário estariam sendo negligentes para com as ordens imperiais. No entanto, a “permanência do gado como *xucro* permitia que os rebanhos de certos estancieiros aumentassem, não por reprodução, pelo exercício da atividade criatória, mas por adição de cabeças roubadas do outro lado da fronteira”¹²⁸

¹²⁷A preocupação com o amansamento dos animais era constante, devido ao caráter belicoso do Continente do Rio Grande de São Pedro, e com essa tarefa cumprida, seria mais fácil de evacuar os rebanhos mansos para territórios mais seguros (OSÓRIO, 2007, p. 132).

¹²⁸OSÓRIO, 2007, p. 136.

É interessante também notar na variação do preço que o gado sofre no decorrer do tempo, pois enquanto Joaquim Manuel da Porciúncula é detentor de 23% do rebanho vacum analisado, Vasco Pinto Bandeira possui 77% do mesmo, no entanto, a avaliação que é feita do gado nestes dois períodos aponta para um ganho real maior para Joaquim Manuel da Porciúncula em comparação a Vasco Pinto Bandeira¹²⁹. Esta situação fortalece a afirmação de que na década de 1830 haverá um aumento considerável na participação do rebanho vacum nos bens rurais. Em direção oposta ao gado vacum, estudos demonstram que a participação de equinos e muares neste mesmo período irá diminuir, e apenas os ovinos conseguirão se manter em um número estável, ocorrendo um aumento na quantia destes animais nos inventários após 1820¹³⁰.

A presença de muares nos rebanhos do Continente do Rio Grande de São Pedro será de grande participação no período de 1765-1785, quando irá representar 24% do valor total dos rebanhos, havendo um grande número de estancieiros que se ocupavam com sua criação, uma vez que os mesmos eram muito utilizados no transporte de cargas. Porém, nos períodos posteriores se testemunhará uma intensa queda no valor desses animais, e que chegará ao período de 1815-1825 não ultrapassando 1,5% do valor total destes rebanhos, e a perda de sua importância pode estar relacionado com o aumento da criação destes animais em outras partes da colônia portuguesa, como São Paulo e Minas Gerais, que estavam mais próximas aos centros consumidores¹³¹. Encontramos situação distinta em nosso estudo em relação ao rebanho muar se compararmos este cenário exposto, com os dados da Tabela 1, em que nos deparamos com a participação de 34% dos muares no rebanho de Vasco Pinto Bandeira, sendo, inclusive, mais bem avaliados se comparados ao gado vacum, cujo valor representava 51% do rebanho, porém com um maior número de animais. Contudo, pode ser que a situação de Vasco Pinto Bandeira seja singular, uma vez que no rebanho de José Pereira da Fonseca a participação dos muares era de 4% (valor médio unitário de 3\$000), ficando atrás de ovinos e gado vacum, que representavam 58% e 32% do rebanho, respectivamente (com valores médios unitários de 6\$000 para os ovinos e 8\$000 para o gado vacum). Já na unidade produtiva rural de Joaquim Manuel da Porciúncula não encontraremos mais esta espécie presente no rebanho.

¹²⁹Para os devidos fins deste estudo, resolvemos arredondar o percentual da participação bovina nestas duas unidades produtivas rurais, na medida em que o rebanho de gado vacum de José Pereira da Fonseca representava somente 0,40% da participação total. No cálculo original, a participação desse rebanho é o seguinte: Vasco Pinto Bandeira (76,70%), José Pereira da Fonseca (0,40%) e Joaquim Manuel da Porciúncula (22,90%)

¹³⁰GULARTE, 2014.

¹³¹OSÓRIO, 2007.

Os equinos também sentirão efeito semelhante ao ocorrido com os muares, uma vez que sua representatividade nos rebanhos passaria de 25% do valor total no mesmo período em relação aos muares (1765-1785), para somente 10% em períodos posteriores¹³². Todavia, diferente do que encontramos com o rebanho muar, os equinos não aparecem com grande notabilidade nas unidades produtivas rurais analisadas se comparados com outras espécies de animais que em determinado período demonstraram maior intensificação no seu valor e participação no valor total dos rebanhos. No caso estudado, o único estabelecimento rural que demonstrou uma quantia acima de 10% foi o de Vasco Pinto Bandeira, que correspondia a 14% do valor total, enquanto nas estâncias de José Pereira da Fonseca representavam 6% e Joaquim Manuel da Porciúncula 9%.

Ainda no tocante ao gado vacum, a questão sobre o destino que era dado a estes animais é de suma importância para que possamos entender o modo que ocorria o desenvolvimento dessa produção que se distinguia das demais espécies. Isso fica ainda mais evidente quando percebemos que na soma dos preços dos rebanhos das três unidades produtivas rurais o gado vacum representa 65% do valor total¹³³.

Conforme viemos ressaltando no trabalho, o gado era de grande valor devido ao couro que era um produto que tinha bastante acolhimento nos mercados europeus. Entretanto, esse quadro irá modificar-se a partir da década de 1790 quando terá início a produção do charque que ganhará mais impulso, no entanto, não representará o fim da exportação do couro¹³⁴. A demanda pelo charque será ratificada pela existência de pelo menos três charqueadas na região em análise no período de 1802 a 1834, duas delas pertencentes ao capitão José Vieira da Cunha, que também possuía um imenso rebanho vacum¹³⁵. Somado a isto, Jonas Vargas ao estudar a elite charqueadora de Pelotas na segunda metade do século XIX, irá encontrar 14 propriedades destes charqueadores pelotenses na margem norte do rio Jaguarão, ou seja, possuíam charqueadas em Pelotas e estabelecimentos rurais na fronteira com o Uruguai. De

¹³²OSÓRIO, 2007.

¹³³Apesar de o gado ser o principal produto no desenvolvimento da atividade pecuária e ter a maior parcela representativa no valor total dos rebanhos analisados, não quer dizer que em todas as unidades produtivas rurais esta espécie foi a de maior valia. Devemos ressaltar que no estabelecimento rural de Vasco Pinto Bandeira, mesmo que a quantidade de vacuns se sobressaia em comparação à de muares, enquanto o preço médio do gado vacum é de \$800, as bestas muares aparecem com média de 3\$000. Esta diferença no valor dos animais deriva do fato de que 4000 reses pertencentes à Vasco Pinto Bandeira ainda eram consideradas de rodeio, ou seja, ainda não estavam amansadas, e isso fazia com que a avaliação sofresse queda. Caso contrário, o gado provavelmente poderia ultrapassar o valor das bestas muares. Inventário de Vasco Pinto Bandeira. APERS, 2º Cartório do Cível de Rio Grande, 1807.

¹³⁴OSÓRIO, op. cit.

¹³⁵GULARTE, 2014.

certo modo, isto favorecia o transporte de animais para suas charqueadas, inclusive com o uso de rede de parentescos para obterem mais gado¹³⁶. Considerando tais aspectos mencionados, Gustavo Gularte encontrará um caso de proprietário de charqueada em Pelotas que detinha terras em Jaguarão nas primeiras décadas do século XIX, o que irá reforçar o que foi proposto por Jonas Vargas¹³⁷, além de fortalecer a ideia de qual seria o destino final da criação do gado vacum em maiores escalas¹³⁸.

Percebe-se que José Pereira da Fonseca possuía um rebanho bem modesto se comparado aos outros proprietários, representando apenas 2% do valor total destes animais. Apesar desta baixa representatividade que o rebanho deste proprietário possui em relação às demais unidades produtivas rurais analisadas, esta variedade de espécies nos será reveladora da intensa atividade agrícola que era praticada em seu estabelecimento rural. Situação bastante díspar da encontrada nos outros estabelecimento rurais.

TABELA 2 – Ferramentas e indicativos de agricultura nas unidades produtivas rurais

Vasco Pinto Bandeira (1807)	José Pereira da Fonseca (1819)	Joaquim Manuel da Porciúncula (1832)
--	Atafona	--
--	Moinho	--
--	40 enxadas	--
--	8 foices de roçar	--
--	44 foices de seifar trigo	--
--	1 Carro	--

Fonte: 3 inventários *post mortem*. Rio Grande: 2º Cartório Cível (1807). Pelotas: Cartório da Provedoria (1819). Jaguarão: Cartório de Órfãos e Ausentes (1832). APERS.

¹³⁶VARGAS, 2013 *apud* GULARTE, 2014.

¹³⁷GULARTE, 2014.

¹³⁸É importante ressaltar que este seria o destino somente do gado vacum criado em maiores escalas, pois em nosso estudo encontramos um rebanho que não pode ser considerado expressivo no tocante as reses, que é o de José Pereira da Fonseca. De acordo com as taxas de reprodução dos bovinos aceitas pela historiografia, não seria possível manter um rebanho de apenas 23 gados vacuns e ainda destiná-los às charqueadas, em virtude disso este animal ficava direcionado ao abastecimento interno da unidade produtiva rural, seja para serem utilizados na agricultura ou em outras atividades. Ver mais: OSÓRIO, 2007. p. 141-144.

Baseado nestas amostras¹³⁹, torna-se evidente que o estabelecimento rural de José Pereira da Fonseca era responsável pela produção agrícola, angariando mais espaço do que a pecuária. No entanto, mesmo que não estejam mencionados nos seus inventários, não podemos afirmar que os outros dois estabelecimento rurais não eram também responsáveis por realizar a prática da agricultura, conforme reflexões que iremos levantar mais adiante.

Um dos indícios de que ocorria a prática agrícola na unidade produtiva rural de José Pereira da Fonseca está na presença da atafona, as foices (sejam elas de ceifar ou roçar) e também o moinho, que serão equipamentos típicos para a realização do cultivo de trigo. Além disso, devemos mencionar a existência de bois mansos entre seus bens, que eram importantes meios utilizados como animais de tração para carros/carretas e atafonas, todos estas serão ferramentas necessárias que serão utilizadas para a produção deste cereal, inclusive da farinha de mandioca.

Ademais, existem indícios de que o estabelecimento rural de José Pereira da Fonseca também desenvolvia atividades variadas, não somente voltadas para a agricultura. Entre outras ferramentas que estão inventariadas entre seus bens destacamos um tear e uma roda de fiar. Para relacionar estes tipos de ferramentas com outra função desenvolvida nas unidades produtivas rurais devemos voltar a relacioná-las com os animais.

Conforme os dados da tabela 1, os ovinos representavam 58% do rebanho de José Pereira da Fonseca, número este bastante significativo se comparado às outras unidades produtivas analisadas. No entanto, para além de ser utilizado como fonte de abastecimento interno dessas unidades, os ovinos serão importante fonte para a produção de lã, que junto do tear e da roda de fiar, também encontrarão esta prática no estabelecimento de José Pereira da Fonseca. Além disso, encontraremos evidências do desenvolvimento de outros mantimentos como o leite, visto a referência que é feita para as sete vacas leiteiras em seu inventário.

A prática da agricultura na unidade produtiva rural de José Pereira da Fonseca se torna relevante para este estudo se levarmos em consideração que as unidades produtivas mais diversificadas -como determinamos a deste proprietário- eram capazes de produzir maiores rendimentos. Isso fazia com que ocorresse não somente a produção de alimentos para seus próprios trabalhadores, mas também excedentes comercializáveis, principalmente o trigo¹⁴⁰.

¹³⁹Além dos elementos que foram listados na tabela, também estavam entre as ferramentas: serras, serrotes, trado, verrumas, ferramentas de carpinteiro e machados. No entanto, não eram indícios genuínos do desenvolvimento da agricultura nessas unidades produtivas rurais.

¹⁴⁰OSÓRIO, 2007.

Sendo assim, também devemos ressaltar que não era comum nos inventários, por exemplo, o registro do trigo armazenado, devido a existência de épocas determinadas no ano que eram destinadas para o cultivo e poderiam não coincidir com o momento em que o inventário era realizado, não podendo nos proporcionar uma visão mais exata da produção nas unidades analisadas. E para corroborar ainda mais com esta afirmação, não cremos que uma unidade produtiva rural que se distinguirá pelo elevado número de escravos irá produzir somente para o seu abastecimento interno, em virtude do fato de que é normalmente defendido pela historiografia que os pequenos lavradores irão utilizar pouca mão de obra escrava (média de 3 por unidade produtiva), complementando a mão de obra utilizada nos estabelecimentos rurais com membros de sua própria família¹⁴¹.

Apesar de nas outras duas unidades produtivas não localizarmos ferramentas inventariadas que possam nos fornecer pistas sobre o desenvolvimento da agricultura, encontramos vestígios que nos levam a ponderar sobre a rejeição desta atividade nas mesmas. Um deles seria o fato de que para os instrumentos agrícolas serem inventariados estes necessitavam possuir lâminas ou pontas de metal, com isso, enxadas e arados feitos exclusivamente de madeira, por exemplo, não apareceriam. Até instrumentos com parte de ferro que estivessem velhos, poderiam ser excluídos ou avaliados em baixíssimo valor¹⁴². Embora, deve-se destacar que ao realizar a análise do requerimento de sesmaria de Joaquim Manuel da Porciúncula, consta a seguinte alegação:

Diz Joaquim Manuel da Porciúncula cazado, e com avultada familia morador na fronteira do Rio Grande que sendo o primeiro povoador de hums campos a margem do Jaguarão denominado o Espírito Santo dos quaes se acha de posse á treze annos com caza de vivenda, **olaria, [a]tafona, ferraria, curraes, sercador de lavouras**, animaes vacuns, cavalaes [...] ¹⁴³. (grifo meu).

Ainda que possamos saber que existiam maneiras da pessoa ser beneficiado(a) nos requerimentos de sesmarias, como por exemplo ser próximo de oficiais do exército e/ou autoridades locais, ressaltamos que Joaquim Manuel da Porciúncula se envolveu em um litígio para que pudesse conseguir a posse desse território com um capitão do exército (Antônio Pereira Marques), que já poderia sair em vantagem apenas pela sua posição na esfera colonial. Não obstante, o fato de alegar ter sido o primeiro povoador pode ter contado a seu favor, porém até que ponto essas justificativas eram verdadeiras? Logo, para que possa

¹⁴¹OSÓRIO, 2007.

¹⁴²FARINATTI, 2007.

¹⁴³Requerimento de Joaquim Manuel da Porciúncula. AHRS- Fundo Sesmarias. Maço 61, caixa 23.

realizar a afirmação de que nessas outras unidades produtivas não era desenvolvida a agricultura deve-se ter cautela.

Contudo, no inventário deste proprietário analisado encontramos a presença de 45 bois mansos, que já fora apontado como animal de tração para atafona, equipamento este utilizado para o cultivo do trigo e que Joaquim Manuel da Porciúncula alega possuir no seu requerimento de sesmaria. Portanto, através dessas evidências, pode-se questionar se nesse estabelecimento rural também não era praticada a atividade agrícola, principalmente o trigo, e não permanecendo somente a unidade de José Pereira da Fonseca enquanto praticante de tal função.

Já em relação à mão de obra que era empregada nas unidades produtivas rurais aqui analisadas, constatamos que fora unanimidade o emprego de escravos para as lides rurais, sejam elas na pecuária ou agricultura. Vejamos os dados abaixo que nos demonstram a participação dos escravos nestas unidades produtivas analisadas.

TABELA 3 – A presença dos escravos nas unidades produtivas rurais

	Número de escravos	Participação no valor total dos bens
Vasco Pinto Bandeira	14	2:195\$200
José Pereira da Fonseca	62	10:071\$600
Joaquim Manuel da Porciúncula	13	4:150\$000

Fonte: Fonte: 3 inventários *post mortem*. Rio Grande: 2º Cartório Cível (1807). Pelotas: Cartório da Provedoria (1819). Jaguarão: Cartório de Órfãos e Ausentes (1832). APERS.

Através dos dados apresentados, percebe-se que os escravos tinham grande participação na soma integral do patrimônio produtivo destes estabelecimentos rurais. Comparando seu valor total com a soma total de todos os bens desses proprietários, os escravos representarão 20% do patrimônio rural de Vasco Pinto Bandeira, enquanto 36% para Joaquim Manuel da Porciúncula e 66% para José Pereira da Fonseca.

Com isso, é evidente o quanto dependiam dessa mão de obra estes estabelecimentos rurais. Porém, devemos ressaltar que é só mais uma prova da dependência do trabalho escravo que existia nessa região, pois de acordo com um censo realizado em 1833 pela Câmara de Jaguarão, que ao fazer a relação das pessoas que residiram neste espaço, 46% de um total de 5.457 moradores eram escravos, ou seja, quase metade da população desta fronteira era composta por cativos¹⁴⁴. Sendo assim, nos cabe tecer alguns comentários sobre o que representaria este contingente de escravos em meio ao processo produtivo nestes estabelecimento rurais.

Para o desenvolvimento das atividades ligadas ao ramo da pecuária, já fora amplamente difundido pela historiografia que eram necessários poucos braços para esta prática, devido aos inúmeros relatos de viajantes existentes. Além disso, também já fora defendido por outros autores que a atividade pecuária seria incompatível com a escravidão, devido ao espírito de liberdade que este ramo proporcionaria. E estas afirmações irão contribuir e perdurar para/na construção do imaginário e da representação do gaúcho¹⁴⁵.

No entanto, hoje existe uma maior relativização sobre o quanto representaria esse número de pessoas necessárias para a prática da pecuária. Entretanto, estudos nos tem demonstrado que a média de escravos no Continente do Rio Grande de São Pedro para criadores que possuíam entre 100 e 1000 cabeças de gado, era de sete; enquanto para criadores com número acima de 1000 reses, a média era de 22 cativos¹⁴⁶. Contudo, os dados levantados por Gustavo Gularte ao analisar esta região, mesmo que ainda seja um estudo em desenvolvimento, irão diferir das proposições acima expostas, pois na análise de 78 inventários dessa região os estabelecimentos rurais com até 100 reses, tinham uma média de 3,2 cativos, as unidades que tivessem de 101 a 1000 reses 6,9 e, as médias de grandes estâncias acima de 1000 reses 29,8¹⁴⁷. Isso só vem contribuir ainda mais para a forte presença cativa nesta região e a dependência dos trabalhos no meio rural dessa mão de obra, uma vez que esse espaço irá diferenciar-se do restante do Continente se comparados os grandes estabelecimentos rurais.

¹⁴⁴FRANCO, 1980.

¹⁴⁵Em virtude da alegação de que a atividade pecuária não era compatível com a escravidão, foram disseminadas inúmeras obras que marcariam o espírito de liberdade e fraternidade que reinava no pampa, em que todos eram livres e eram estabelecidas inúmeras redes baseadas na confiança, amizade e solidariedade, sejam entre os proprietários de estabelecimentos rurais e/ou escravos. Ver mais: GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

¹⁴⁶OSÓRIO, 2007.

¹⁴⁷GULARTE, 2014.

Apesar dessas divergências acerca do contingente de escravos nos estabelecimentos rurais, devemos mencionar também o modo em que eles seriam distribuídos de acordo com a posse de cada proprietário. Sendo assim, o destino desses cativos para os pequenos proprietários seria alocá-los mais na agricultura. Entretanto, o mesmo não ocorreria no espaço em que houvesse grande participação de escravos, pois poderia realizar a alocação dos mesmos nas duas atividades¹⁴⁸. Tendo por base essas informações, nos cabe agora propor às conclusões que chegamos sobre o modo em que era empregada essa mão de obra nas unidades produtivas rurais aqui analisadas.

Conforme podemos observar nas tabelas 1, 2 e 3, Vasco Pinto Bandeira possuía a maior parte de seu patrimônio produtivo rural ligado aos animais. Com isso, fica compreensível mencionar que os cativos eram dirigidos para as atividades ligadas a pecuária, até pelo fato de não encontrarmos evidências que comprovem o desenvolvimento da agricultura nesta unidade produtiva rural e, também, porque no inventário deste proprietário não foi individualizado os escravos por ocupação. No entanto, o seu número de escravos, se comparado com a média proposta pelos estudos de Helen Osório e Gustavo Gularte que levam em consideração o tamanho do rebanho vacum, nesta unidade produtiva, tem-se um número de escravos bem abaixo da média, o que não significa não haver outras estâncias que irão diferir desses números propostos. Mas, apesar disso, levantamos uma proposta para este cenário de acordo com o que fora analisado até então: dentre os animais vacuns arrolados no inventário deste proprietário de estabelecimento rural, notamos que a maior proporção destes ainda eram xucros, ou seja, não era feita a prática do rodeio para que amansassem os gados neste estabelecimento, com isso, não haveria a necessidade de uma enorme mão de obra escrava. Contudo, ainda deve-se destacar uma força de trabalho que poderia ser utilizada nestas unidades produtivas, que eram os peões. Todavia, por não possuímos fontes coesas que nos ajudem a abordar este tema com mais clareza, não podemos saber se era feito o uso dessa mão de obra nas unidades produtivas rurais analisadas. Apesar disso, sabemos que a estância poderia recorrer a estes agentes tanto para complementar o pessoal existente em sua unidade produtiva, como para realizar atividades sazonais¹⁴⁹.

Já o estabelecimento rural de Joaquim Manuel da Porciúncula, apesar de não conter um elevado número de reses em comparação à unidade produtiva rural de Vasco Pinto Bandeira (ver tabela 1), possui somente um escravo a menos. No entanto, um fator que nos

¹⁴⁸OSÓRIO, 2007.

¹⁴⁹Idem, 2007.

chamou atenção foi o fato de que mesmo possuindo somente 13 escravos, o valor total dos mesmos representa quase o dobro dos que estavam sob a posse de Vasco Pinto Bandeira. Apesar de não ser um dos nossos focos de trabalho, verificamos que ambos possuem escravos de idades variadas, contudo, Joaquim possui um plantel de escravos com um pouco mais de idade. No entanto, ao analisarmos o exemplo de um escravo de 30 anos de idade de ambas as estâncias, notamos que enquanto o de Joaquim Manuel da Porciúncula era avaliado em 400\$000, o de Vasco Pinto Bandeira era estimado em 192\$000, ou seja, o escravo de Joaquim Manuel da Porciúncula estava sendo avaliado em mais do que o dobro que o outro indivíduo de mesma idade. Devido a isso, ponderamos dois fatores que poderiam ter influenciado nesta avaliação: o primeiro seria o fato de que na década de 20 do século XIX os ingleses começaram com suas tentativas de acabar com o tráfico atlântico de escravos, resultando em inúmeros acordos assinados com o Brasil, embora estes compromissos fossem pouco efetivos. Na década de 30 (período em que foram inventariados os bens de Joaquim Manuel da Porciúncula) ocorre uma expectativa pelo fim do tráfico de escravos e aumenta a demanda dos mesmos, em virtude disso, também ocorrerá um aumento no preço dos escravos, devido a lei anti tráfico assinada em 1831¹⁵⁰. O outro fator seria que o escravo mencionado que estava sendo avaliado em maior quantia tinha sua função distinguida no inventário como Campeiro, que eram os responsáveis pelas atividades de pastoreio do gado e as demais ligadas à criação, que exigia bastante habilidade e resistência. Sendo assim, estes escravos seriam os mais valorizados nessas unidades produtivas¹⁵¹.

Retornando para o nosso foco principal em relação aos escravos, que seria sua função em meio a estrutura produtiva destes estabelecimentos rurais, acreditamos que os cativos pertencentes a Joaquim Manuel da Porciúncula poderiam estar divididos em suas funções. O fato que corrobora esta assertiva, seria na constatação de que três deles estavam com suas funções distintas, que era ser Campeiro, ficando destinados ao cuidado e realização das atividades com o gado. Além disso, são inventariadas três escravas que poderiam ser destinadas aos encargos domésticos, ficando o restante sem ter suas funções designadas no inventário, o que dificulta seu enquadramento em uma das atividades desenvolvidas neste estabelecimento rural que, ao que tudo indica, mesmo não possuindo evidências no inventário

¹⁵⁰ALADRÉN, 2008 apud BERUTE, Gabriel Santos. O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826-1831. In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, Maio 2009. 13p.

¹⁵¹ZARTH, Paulo Afonso. Os trabalhadores. In: _____. *História Agrária do planalto gaúcho, 1850-1920*. Editora Unijuí: Ijuí, 1997. p. 111-136.

que comprovem a prática da agricultura, existem vestígios que nos levam a crer que esta atividade também era desenvolvida neste estabelecimento.

Por fim, temos a unidade produtiva rural de José Pereira da Fonseca que será um caso específico das demais e apresentará um elevado número de escravos que representará mais da metade de seu patrimônio produtivo. No entanto, o cenário nesta unidade nos parece curioso, pois ao percebermos que todas as classificações que são feitas para diferenciar o porte dos estabelecimentos rurais tomam por base a posse de reses e, conseqüentemente a que possuísse maior número demandaria mais mão de obra escrava. Porém, a unidade produtiva rural de José Pereira da Fonseca possuía apenas 23 animais.

Não obstante, em seu inventário temos vestígios de onde esses escravos poderiam ser empregados, pois uma parte dos mesmos possuía sua função demarcada. Em virtude disso, as informações que conseguimos obter neste documento corroboram com nossas afirmações de que a unidade produtiva rural de José Pereira da Fonseca possuía uma grande diversificação nas atividades desenvolvidas.

Através da análise do documento, contabilizamos que desses 62 escravos, 18 deles eram classificados como “roceiros”. Estes, por sua vez, eram os responsáveis pela labuta do campo além de prestarem outros serviços, estando presente em grande quantidade de inventários em que são arrolados bem rurais¹⁵². Outros 11 escravos serão mencionados enquanto “serradores”¹⁵³, e o restante (33) não possuirá designação no inventário. Acreditamos que estes que não tinham suas funções designadas nos inventários, poderiam estar divididos entre o sítio que o mesmo alegou possuir, e as outras duas casas que também era de seu domínio.

Logo, percebemos que esta unidade produtiva será responsável pelo desenvolvimento de diversas atividades que irão se sobrepor à pecuária, como a própria atividade agrícola. É preciso considerar que mesmo que os escravos estejam com suas funções designadas, eles desempenhavam outras funções e não só aquela especificada. Portanto, a unidade produtiva rural de José Pereira da Fonseca será um dos estabelecimentos rurais que quebram com o

¹⁵²ZARTH, 1997.

¹⁵³Acreditamos que estes serradores poderiam estar relacionados à prática de atividades ligadas a marcenaria, carpintaria, ou outras funções que possuíssem relação com estas profissões. Essa especulação ocorre devido no inventário de José Pereira da Fonseca encontrarmos também arroladas em suas ferramentas 6 serras braçais, 2 serrotes, 1 trado, 2 Verrumas, Ferramentas de Carpinteiro e machados.

paradigma de que no sul do Brasil, quando mencionamos o meio rural, havia somente a proeminência de estabelecimentos rurais com grandes rebanhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho podemos perceber que o território do Continente do Rio Grande de São Pedro fora palco de sucessivos conflitos para que, enfim, pudesse ser consolidada a presença portuguesa. Além disso, notamos que apesar dos inúmeros choques que ocorreram entre as duas Coroa Ibéricas no decorrer do período em análise, tudo estava pautado sobre um único e exclusivo objetivo: transferir os lucros da colônia para a metrópole. Acrescenta-se a isso o fato também de que irá ocorrer a ascensão de novas potências na Europa, como a Inglaterra e a França, que fará com que Portugal e Espanha tornem-se mais dependentes de suas colônias.

Contudo, foram períodos conturbados os que antecederam a posse portuguesa deste território, o que não significa que tenha sido amistoso após esse tempo (como pode-se observar com as posteriores intervenções na região platina, como a Guerra da Cisplatina em 1828). No entanto, na época em que estamos analisando os conflitos que ocasionaram na apropriação deste território pelos portugueses, percebemos que, apesar de os limites desde o século XV serem claros (para nós!), e sabermos que o espaço em análise pertencia à Espanha, o mesmo ainda não tinha sido ocupado, o que acabará dando conveniência para as incursões portuguesas. Com isso, surgem duas paisagens distintas em meio a essa disputa. De um lado encontramos os espanhóis realizando a instalação de fortes e alguns povoados, enquanto os portugueses favoreciam a instalação de estâncias/unidades produtivas rurais, que acabavam agregando as duas funções que atraíram os portugueses para este local: a ocupação do espaço e a exploração do mesmo. Todavia, deve-se ressaltar que somente em meados do século XVI que começarão a direcionar olhares para a região platina e, no atual Estado do Rio Grande do Sul, somente na década de 1730 com as primeiras concessões de sesmaria nos Campos de Viamão e rio Tramandaí.

Mas a margem norte do rio Jaguarão, nosso recorte espacial, irá ganhar mais destaque somente após 1780 quando irão começar as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso. Com isso, a bacia hidrográfica do rio Jaguarão e o gado selvagem presente neste local irão ser os fatores que atrairão a atenção de ambas as Coroas. Em decorrência disso, conforme podemos notar nos documentos consultados, irão surgir maiores cuidados para com esta área, como demonstrou o levantamento que fora feito pelos portugueses das gurdas espanholas presente neste local. Em virtude das divergências que ocorreram na disputa pela posse deste espaço, irá

ocorrer a Guerra de 1801 que acabará culminando na efetiva apropriação desta região pelos portugueses, pois a partir deste momento, este local que fora alvo de sucessivas disputas não sairá mais do domínio luso.

Já no segundo capítulo evidenciamos o modo em que foi ocorrendo à apropriação de terras e rebanhos no Continente do Rio Grande de São Pedro e na margem norte do rio Jaguarão. Além disso, demonstramos as formas de apropriação da terra, assim como os mecanismos jurídicos e administrativos que fortaleciam o poder dos colonos no espaço colonial e que os favorecia para manter a posse de seus domínios. Em virtude disso, o território que hoje compreende o Estado do Rio Grande do Sul, já começará a sofrer intervenções no século XVII com as missões jesuíticas e a instalação da Colônia do Santíssimo Sacramento. Porém, devemos deixar claro um aspecto: a apropriação inicial no Continente do Rio Grande de São Pedro baseou-se a partir do gado selvagem que se proliferou nas *Vaquerias del Mar*, e não sob as terras. Conforme expomos, este gado era aprisionado tanto pelas reduções jesuíticas como os povoadores da Colônia do Sacramento, para posteriormente também entrarem os paulistas que farão deste espaço como reduto para suas aspirações comerciais. A apropriação da terra, de fato, só ocorrerá no século XVIII.

Á medida que irá ocorrendo a apropriação de terras, irão surgir diferentes formas de apropriação, como as sesmarias, a posse pura e simples, o arrendamento, a data para imigrantes e a compra (devemos ressaltar que esta última não foi encontrada na região em estudo, mas sim em outras localidades do Continente do Rio Grande de São Pedro, devido as áreas de ocupação mais antigas estarem completamente ocupadas), e os maiores beneficiados serão os militares e os casais do número. Junto a estes modos de apropriação de terras, irão surgir os diferentes mecanismos jurídicos e administrativos que irão favorecer uma parte desses colonos a angariar lucros para si. Como exemplo temos a *economia do bem comum* e a *economia política de privilégios*, que terão grande destaque na formação desta região, como fora demonstrado com a família dos Pinto Bandeira. Além disso, existirão os órgãos colegiados, como as Câmaras Municipais, que auxiliarão a estes setores de maior vulto na sociedade colonial a tornarem sua presença e representação mais efetiva.

Na margem norte do rio Jaguarão, percebemos que a ocupação formal deste solo se dará a partir de 1790 com as doações de sesmarias, que fomentarão à instalação dos estabelecimentos rurais. Também ressaltamos as instalações de guardas que foi feita pelos portugueses, como a Guarda do Erval. Contudo, atentamos para um elemento que se fez

presente nesta região, que eram os intrusos. Estes, por sua vez, tiveram ampla participação na posse deste território e irão ocorrer sucessivos conflitos para que os mesmos pudessem manter a posse do território que ocupavam. Por serem considerados intrusos, muitos deles irão receber tratamento diferenciado pela Coroa lusa, principalmente quando entravam em conflito com os militares. Apesar disso, nem todos tiveram o mesmo desfecho, podendo prevalecer a força de alguns desses elementos.

No terceiro capítulo abordamos unicamente três unidades produtivas rurais, que eram apontadas pela historiografia que até então havia trabalhado parcamente a questão agrária como sendo estas de grande relevo no ambiente em estudo. Os estabelecimento rurais de Vasco Pinto Bandeira, José Pereira da Fonseca e Joaquim Manuel da Porciúncula nos mostraram a diversidade de bens que compunham e tinham importância neste meio, não sendo este predominantemente pecuário.

Enquanto a unidade de Vasco Pinto Bandeira concentrava suas maiores riquezas em animais, a de José Pereira da Fonseca era em escravos e a de Joaquim Manuel da Porciúncula tinha um grande valor de bens de raiz. Com isso, demonstramos as variações que ocorreram nos preços e participação dos animais, embora sempre estiveram presentes os gados vacuns como importantes fontes de renda, em determinado momento estiveram junto os muares e equinos, que perderão posteriormente espaço para a supremacia dos bovinos até 1840 e 1850, quando a terra passará a ser o maior bem financeiro no meio rural.

Também trabalhamos as evidências da prática da agricultura nesses estabelecimentos rurais. Notamos que a unidade de José Pereira da Fonseca, que possuía um número diminuto de animais, se destacava em meio a estas três unidades na prática da agricultura, devido as ferramentas que o mesmo possuía inventariada. Além disso, demonstramos que neste estabelecimento rural era produzido outro produto, a lã. Entretanto, ressaltamos que apesar de não haver nos inventários indícios de prática da agricultura nas outras unidades produtivas rurais, esta atividade não pode ser descartada. Isto ocorre devido muitas ferramentas correrem o risco de não serem inventariadas e, além disso, encontramos na documentação alegações de que eram desenvolvidas atividades agrícolas, como no estabelecimento de Joaquim Manuel da Porciúncula (mesmo sabendo, também, que os documentos do período colonial poderiam ser forjados caso houvesse proximidade do requerente com autoridades coloniais). Logo, a prática da agricultura poderia ser igualmente praticada nestes outros estabelecimento rurais.

Por fim, analisamos a presença dos escravos nestes estabelecimento rurais. A partir desta análise, constatamos que estes eram a principal mão de obra empregada nestas unidades, devido haver a presença dos mesmos nos três locais analisados. Este fato, por fim, só aumentaria as afirmações da importância que teve a mão de obra cativa no espaço em análise.

No entanto, destacamos a enorme quantidade de escravos na unidade produtiva rural de José Pereira da Fonseca, que contava com um número de 62 escravos africanos, enquanto havia 14 e 13 nas unidades de Vasco Pinto Bandeira e Joaquim Manuel da Porciúncula, respectivamente. Pautado nestes números, deduzimos que no estabelecimento rural de Vasco Pinto Bandeira estes cativos estavam direcionados para a prática da pecuária, devido ao grande número de reses que o mesmo possuía. Contudo, ressaltamos que a função dos escravos africanos não estavam distinguidas no inventário. Já no estabelecimento de Joaquim Manuel da Porciúncula, que possuía um número menor de reses, os mesmos poderiam estar divididos em suas funções, devido termos encontrado três escravos classificados como “campeiros” (destinados a pecuária), e haver a presença de escravas que poderiam ser destinadas aos trabalhos domésticos, além dos que não tinham suas funções designadas no documento consultado. Um fator a ser evidenciado em relação ao cativos destas duas unidades produtivas rurais analisadas, foi o preço em que cada um fora avaliado (mesmo havendo um escravo a menos na unidade de Joaquim, os mesmos possuíam um valor maior se comparados à unidade de Vasco). Isto ocorria devido as mudanças que começam a proceder em 1830 (período do inventário de Joaquim Manuel da Porciúncula), que irão cada vez mais dificultar o tráfico de escravos e resultará no aumento da demanda e o preço por esta mão de obra. No estabelecimento rural de José Pereira da Fonseca, que possuía um número diminuto de reses se comparado aos outros dois estabelecimentos, percebemos que os cativos estavam mais distribuídos em suas funções, devido o inventário designar a função de parte destes escravos. Logo, estavam presentes 18 “roceiros” e 11 “serradores”, sendo que o restante não tinham suas funções mencionadas. Estes números só vieram a contribuir para a proeminência da agricultura neste espaço.

Portanto, este trabalho não se propôs a findar com todas as discussões que envolvem a prática de uma história agrária na margem norte do rio Jaguarão. Ao contrário, vêm com o intuito de contribuir e fomentar maiores discussões acerca do mundo rural neste espaço, uma vez que percebemos, nestes três estudos, a diversidade de atividades que era desenvolvida neste território. Devido a essas evidências, acreditamos que essas unidades produtivas rurais que foram amplamente utilizadas pelos portugueses como estratégia no processo de disputa

pelo território, contribuíram para que os mesmos conseguissem fixar seus limites. Isto se torna evidente, pois estes estabelecimentos possuíam toda uma estrutura organizada que servia de suporte e/ou auxílio para os portugueses em suas pretensões, além de organizar um espaço e uma paisagem de domínio luso.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

AICARDI ALEJO, Jorge. *Rio Branco 1792-1992: un enfoque histórico y su realidad actual de cara al año 2000*. Rio Branco, Junta Local Autónoma Electiva de Rio Branco: 1992.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. *Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII*. Madri, 2000. Revista Complutense de Historia de América. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/viewFile/RCHA0000110093A/28736>>. Acesso em: 15 set. 2014.

BERUTE, Gabriel Santos. O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826-1831. In: *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2009, Curitiba. **Anais...**

BORDO, Adilson Aparecido; et al. *As diferentes abordagens do conceito de território*. Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfQ0kAB/as-diferentes-abordagens-conceito-territorio>>. Acessado em: 28 Jun. 2014

BOXER, Charles R. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. In: _____. *O Império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 286-308.

CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do sul-sudeste. In: *Ambiente e Sociedade* (Campinas), v. 11, p. 33-48, 2008.

CABRAL, Luiz Otávio, *A paisagem enquanto fenômeno vivido*. Florianópolis, 2000. Geosul. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14252/13053>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

CAMARGO, Fernando. Guardas militares ibéricas na fronteira platina. In: POSSAMAI, Paulo César (org.) *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas, EDUPEL: 2010. p. 67-80.

CRIADO BOADO, Felipe. Del terreno al espacio: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. In: *CAPA*. Galicia: Grupo de Investigación em Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1999. N.6.

FAORO, Raymundo. Traços gerais da organização administrativa, social, e econômica e financeira da colônia. In: _____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Apologia à fronteira (manejada): uma forma de entender a fronteira. IN: _____. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Tese de doutoramento. 2012.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império. In: *Penelope: fazer e desfazer a história*, 2000, Oeiras, v. 23.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1883)*. Porto Alegre, Instituto Estadual do livro, Universidade de Caxias do Sul: 1980.

GARCIA, Elisa Frühauf. Identidades e políticas coloniais: guaranis, índios infiéis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c. 1750-1800. In: *Anos 90*. Revista do Programa de pós-Graduação em História/ UFRGS, IFCH. v.18, n.34. (Dossiê História Indígena na América) Porto Alegre: PPGH, dez. 2011, pp. 55-76.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

GOLIN, Tau. *A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. 2002

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livres; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

GULARTE, Gustavo da Silva. *Intrusos em terras fronteiriças: Ocupação e povoamento das terras da margem oriental do Rio Jaguarão, 1801-1814*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Monografia de conclusão de curso, 2009.

GULARTE, Gustavo da Silva. Estabelecimentos Rurais e trabalho escravo na fronteira do Jaguarão, 1802-1834. In: *XII Encontro Estadual de História*, 2014, São Leopoldo. **Anais...**

HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 265-310.

HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português – Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

JORGE, Vitor Oliveira. *Espaço, Meio, Paisagem, Território, Região e Lugar na perspectiva de um arqueólogo: alguns contributos reflexivos*. Disponível em: <http://www.academia.edu/3810073/_2005_ESPACO_MEIO_PAISAGEM_TERRITORIO_REGIONIAO_E_LUGAR_NA_EXPERIENCIA_DE_UM_ARQUEOLOGO_ALGUNS_CONTRIBUTOS_REFLEXIVOS> Acessado em: 28 Jun. 2014.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América Portuguesa. In: *Revista de História*. São Paulo, nº 69, 2013

LINHARES, Maria Iedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LYNCH, John. As origens da independência na América Espanhola. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: Da Independência a 1870*, vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: A construção da cidade de Jaguarão*. Universitat Politècnica de Catalunya. Espanha: 2011

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. In: *EDUSER: revista de educação*, vol. 2, 2010. p. 49-65.

MOTTA, Márcia . Sesmarias e o mito da primeira ocupação. In: *Justiça & História*. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n.7, 2004.

OSORIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Dissertação de mestrado, 1990

_____. Helen. *O Império Português no Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS: 2007.

_____. Helen . Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. In: *XIV Congresso Internacional de Historia Agrária*, 2013, Badajoz.
 RODRIGUES, Miguel Jasmins. Sesmarias no Império atlântico português. Lisboa, nov. 2005.
 Disponível em:
 <http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/miguel_jasmins_rodrigues.pdf>
 Acesso em: 18 Set, 2013.

SANTI, Juliana Rossato. *Estabelecimento de Estância: Estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul*. Universidade Federal de Santa Maria: Dissertação de Mestrado, 2004

SILVA. Adriana Fraga da, *Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*, 2010.

_____. Adriana Fraga da ; BARCELOS, Artur. Henrique Franco. O conflito, a guerra e seus vestígios materiais no rio Grande do Sul. In: Jaisson Teixeira Lino; Pedro Paulo Abreu Funari. (Org.). *Arqueologia da Guerra e do Conflito*. 1ed.Erechim: Habilis Press, 2013.

_____. Adriana Fraga da; MENNA, Alex Freitas; PINTO, Franklin Fernandes Pinto. Paisagem, Fronteira e Conflito: Uma proposta de abordagem arqueológica para a fronteira Jaguarão/Br – Rio Branco/Uy. In: Revista *Tempos Acadêmicos*, Dossiê Arqueologia Histórica. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/view/1116>>.

SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008

XAVIER, Paulo. A Estância. In: *Rio Grande do Sul Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 75-87.

VARGAS, Jonas. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post-mortem. In: *XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. p. 155-180

ZARTH, Paulo Afonso. Os trabalhadores. In: _____. *História Agrária do planalto gaúcho, 1850-1920*. Editora Unijuí: Ijuí, 1997. p. 111-136.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Inventários:

Inventário de Vasco Pinto Bandeira. APERS, 2º Cartório do Cível de Rio Grande, 1807.

Inventário de José Pereira da Fonseca. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1819.

Inventário de Joaquim Manuel da Porciúncula. APERS, Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1832.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)

Requerimentos de Sesmarias:

Requerimento de Vasco Pinto Bandeira. AHRs- Fundo Sesmarias. Maço 03, caixa 01.

Requerimento de José Pereira da Fonseca. AHRs- Fundo Sesmarias. Maço 22, caixa 07.

Requerimento de Joaquim Manuel da Porciúncula. AHRs- Fundo Sesmarias. Maço 61, caixa 23.

Fundo Autoridades Militares:

Correspondência do Coronel Manuel Marques de Souza- Maços 01, 02, 04, 06, 08, 10 e 12.

ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Divisão municipal do Rio Grande do Sul em 1850. In: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

FIGURA 2 – Divisão municipal do Rio Grande do Sul em 2013. In: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

FIGURA 3- Linhas demarcatórias dos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). In: MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: A construção da cidade de Jaguarão*. Universitat Politècnica de Catalunya. Espanha: 2011. p. 27.

FIGURA 4 – Suposta localização da Unidade Produtiva Rural de Vasco Pinto Bandeira. In: Google Earth.

FIGURA 5 – Suposta localização da Unidade Produtiva Rural de José Pereira da Fonseca. In: Google Maps.

FIGURA 6 – Suposta localização da Unidade Produtiva Rural de Joaquim Manuel da Porciúncula. In: Google Earth

FIGURA 7 – Participação dos bens no patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais. In: 3 inventários *post mortem*. Rio Grande: 2º Cartório Cível (1807). Pelotas: Cartório da Provedoria (1819). Jaguarão: Cartório de Órfãos e Ausentes (1832). APERS.